

A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho*

Olga M. Buarque de Lima Fredrich
Fany Davidovich

1 — PROPOSIÇÕES GERAIS

O urbano não deve ser visto como um fenômeno isolado, mas como parte integrante de um contexto social mais amplo, como uma forma social compatível com o modo de produção dominante.

A cidade, a um tempo, desempenha um papel econômico fundamental no desenvolvimento do capitalismo e é modelada pelas ne-

cessidades da acumulação do capital. Um aspecto remete aos efeitos úteis de aglomeração gerados pela concentração das condições gerais da produção no espaço urbano, concentração que, ao reduzir o tempo de produção e o tempo de circulação do capital, proporciona ao mesmo uma economia dos gastos gerais. Outro aspecto está ligado às limitações que a busca

* Este trabalho é parte de um estudo mais amplo sobre aglomerações urbanas, desenvolvido na Divisão de Estudos Urbanos do DEGEO, estudo que contou, além das autoras do presente texto e responsáveis pela Coordenação do mesmo, com os seguintes técnicos: Maria Francisca T. C. Cardoso, Maria do Socorro A. Coelho, Vera Maria Cavalcanti Bezerra, Vera Maria Delerue e Maria Cristina Safadi.

do lucro privado impõe à formação dos efeitos úteis de aglomeração ao nível do território. O urbano sumariza, pois, as contradições entre o movimento de socialização das forças produtivas e as próprias relações de produção capitalistas (Lojkin, 1977; Topalov, 1978).

A cidade concentra as condições gerais da produção capitalista e, ao fazê-lo, transforma-se em uma nova força produtiva com um valor de uso complexo para o capital. Neste sentido ela passa também a adquirir um valor de troca, na medida que o espaço urbano vem de se transformar em mercadoria.

A urbanização fornece, ao capital, os seguintes elementos: a) um conjunto de infra-estruturas físicas necessárias à produção e à circulação — as condições da produção e da circulação do capital; b) uma reserva de mão-de-obra, disponível nas diversas qualificações que a produção necessita, onde a força de trabalho se reproduz graças à existência de equipamentos coletivos de consumo — as condições da reprodução da força de trabalho; c) um conjunto de empresas capitalistas privadas, no setor produtivo ou no setor da circulação, cuja cooperação no espaço permite um aumento da produtividade; d) finalmente, uma força produtiva, específica da cidade, que resulta da articulação espacial dos processos de produção, de circulação e de consumo das mercadorias, processos que contam com objetos materiais incorporados ao longo do tempo (o ambiente construído que fornece uma base indispensável às diferentes atividades). Esta força produtiva, que atinge o conjunto das condições gerais da produção, deriva da propriedade do próprio espaço urbano de colocar em relação os diferentes elementos da cidade (Lojkin, 1977; Topalov, 1978).

Contudo, as relações de produção capitalistas, se promovem uma tendência crescente à aglomeração, colocam também limites a uma organização socializada do sistema urbano. Um tipo de limite refere-se ao financiamento dos elementos que dão à urbanização capitalista seu caráter próprio. O capital privado só produzirá elementos que reúnam em si condições de rentabilidade. As infra-estruturas urbanas necessárias à formação dos efeitos úteis de aglomeração, caracterizada por serem imóveis, duráveis, indivisíveis, com uma composição orgânica do capital muito elevada e um período de rotação longo, serão em geral financiadas pelo setor público. Além disso, os investimentos tendem a favorecer às condições gerais de produção diretamente necessárias à reprodução do capital — as infra-estruturas econômicas propriamente ditas —, em face daquelas que só indiretamente interessam ao mesmo: os equipamentos coletivos de consumo.

Uma segunda limitação refere-se à divisão social do trabalho sobre o conjunto do território e à concorrência que se estabelece entre diferentes agentes que ocupam ou transformam o espaço urbano (Lojkin, 1977).

Pela estratégia geral de maximização de lucros, as inversões do setor privado se orientam para as localizações que oferecem perspectivas de uma rentabilidade maior, ou seja, aquelas que, por possuírem condições de produção mais desenvolvidas, permitem uma maior redução dos custos de operação. A seletividade desta escolha faz com que determinados setores de atividade fiquem confinados a determinadas unidades espaciais dentro do País. A divisão territorial do trabalho, assim estabelecida, acentua o processo de diferenciação espacial entre as áreas que dispõem de boa infra-estrutura, que tendem a se tornar

ainda mais bem equipadas, e as áreas menos bem equipadas. Com efeito, o processo de instalação e prestação de serviços públicos é influenciado pelas decisões de localização das firmas privadas e por seus efeitos sobre a distribuição de população: o setor público tende a investir mais intensamente, em infra-estrutura, nas áreas que concentram a parte mais importante e mais dinâmica da estrutura produtiva do País, seja para reforçar as economias externas de aglomeração, seja, a partir de um certo nível de concentração, para diminuir as deseconomias que o crescimento da aglomeração vai gerando.

A busca das vantagens de localização leva à concentração geográfica do capital e da produtividade e a um desenvolvimento desigual no espaço. Como salienta Lojkine, o sistema urbano, através de sua rede de centros de dimensões e atributos distintos, aparece como uma configuração social e espacial das diferentes condições gerais de produção, associadas aos tipos de atividades econômicas que as utilizam. Uma segregação espacial e social se apresenta entre o espaço urbano central, onde se localizam predominantemente as atividades direcionais dos grandes grupos capitalistas e do Estado, bem como os meios de formação de forças de trabalho intelectuais, e as zonas periféricas, onde estão disseminadas as atividades de execução, ao mesmo tempo que os meios de reprodução simples da força de trabalho. A nível intra-urbano, uma oposição de mesmo tipo se faz presente entre as áreas de residência dos grupos de *status* sócio-econômico mais alto, dotadas de melhores infra-estruturas urbanas, e as áreas em

que residem os grupos de *status* mais baixos, com equipamentos mais precários. Neste sentido, pode-se adotar a hipótese colocada pelo autor acima citado, de uma correlação entre formas de urbanização e divisão social do trabalho (Lojkine, 1977).

Ao estudar o fenômeno urbano, é necessário, pois, abordá-lo como uma realidade complexa, que resulta de inter-relações múltiplas, considerando, ainda, que a expressão das forças atuais na forma territorial urbana é, em parte, afetada pelas formas do passado e pelas características do sítio em que a cidade se desenvolve. Com efeito, toda cidade está ligada a um processo global de reprodução social e de territorialização, mas cada cidade, até certo ponto, especifica este processo global (Medam, 1976).

Pelo acima exposto, admite-se, pois, que a alocação diferencial de recursos resultante de determinadas circunstâncias históricas, econômicas, políticas ou sociais, confere ao sistema urbano uma configuração espacial própria, e que esta configuração, por sua vez, remete à divisão social do trabalho em sua expressão territorial.

A análise da questão da divisão territorial do trabalho, tal como configurada pelo sistema urbano, será desenvolvida a partir de um dos três aspectos, o mais geral¹, considerados por Mingione para uma definição da relação entre território e o sistema produtivo e de classes dominantes, isto é, capitalismo (Mingione, 1977):

“Território é um mapa das relações sociais de produção porque ele é fundamental para todas estas relações” (p. 91).

Nesta definição está contida a noção de território como, a um

¹ Os outros dois aspectos da definição são: “território é ele próprio um meio de produção” e “território é um bem de consumo em oferta escassa” (p. 91).

tempo, produto e condição das relações sociais de produção, ou, como coloca o autor citado:

“Uma vez que todas as relações sociais têm um aspecto territorial e uma vez que o território tem uma oferta limitada, toda mudança social tem efeitos sobre a estrutura do território” (p. 90); e “uma vez que o território é a base material para todas as relações sociais (território/natureza com suas características históricas e geográficas) as relações sociais em geral serão condicionadas pelas características territoriais” (p. 90).

Admitindo-se, como o faz Mingione, que a distribuição de riqueza (ou desenvolvimento) não é equilibrada e algumas regiões (ou, mais claramente, classes nestas regiões) exploram outras regiões (isto é, classes aí presentes), é possível dar uma interpretação sócio-territorial da divisão social do trabalho e da exploração que é essencialmente, uma interpretação de relações interclasses.

“A abordagem equivale a examinar as conseqüências sócio-territoriais da acumulação capitalista e isto por sua vez consiste da análise de relações sociais de exploração que são historicamente determinadas. Assim, os desequilíbrios territoriais parecem estar ligados a três formas-fases específicas (esta expressão é usada aqui para mostrar que a acumulação capitalista é sempre, ou quase

sempre, uma articulação complexa destas três formas, porém que cada fase é predominante em três períodos históricos sucessivos) da acumulação capitalista: acumulação primitiva, acumulação capitalista, em senso restrito e acumulação imperialista.

A dialética territorial que corresponde a cada um destes três aspectos da acumulação capitalista são respectivamente as seguintes:

a) contradições entre cidade e campo, que são determinadas pelo processo de expropriação de recursos e capacidade produtiva nas últimas áreas para o desenvolvimento da indústria moderna nas cidades;

b) contradições entre centro e periferia (ambos os termos sendo usados no sentido mais amplo), que são determinadas pelo processo de centralização, um produto da exploração de trabalhadores que também envolve a ruína progressiva de pequenos capitalistas;

c) contradição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, que é determinada pela sobreexploração de áreas subdesenvolvidas pelo imperialismo”² (p. 91/92).

No presente estudo, embora a análise feita fique ainda a um nível eminentemente descritivo, busca-se uma melhor compreensão do significado da configuração espa-

² Um desenvolvimento feito por Mingione torna mais explícitas as noções colocadas: “A acumulação primitiva, ou mais corretamente a fase inicial da acumulação capitalista, envolve uma remoção maciça de recursos do campo a fim de centralizá-los nas cidades. Em sociedades industriais, pelo menos ao longo do século dezenove, o mapa das relações sociais de produção mostrava claramente o desequilíbrio crescente entre cidade e campo, devido ao fato de que a produção industrial em rápido desenvolvimento utilizava os recursos do campo em quantidades sempre crescentes, removendo o trabalho e os produtos agrícolas necessários para alimentar uma população urbana continuamente em aumento, assim como as matérias-primas da agricultura necessárias para o crescimento da indústria.

Com a expansão em escala mundial do capitalismo, a situação sócio-territorial adquiriu alguns novos aspectos, os quais, embora não menos contraditórios que antes, são mais complexos. Na verdade, a principal contradição não é mais a clássica oposição de cidade e campo, mas antes o desequilíbrio entre centro e periferia e entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas” (p. 94).

cial do sistema urbano brasileiro, relacionando-se as características de diversas unidades que o compõem (centros urbanos) às linhas de diferenciação sócio-territoriais determinadas pelo movimento global de acumulação na economia. A definição de tais linhas constitui uma adaptação das contradições propostas por Mingione ao caso brasileiro. Assim, considera-se:

1.1 — Contradições entre desenvolvimento e subdesenvolvimento

Aqui interpretadas como a linha de diferenciação inter-regional de uma economia nacional, ou seja, como contradições geradas, dentro de um mercado nacional unificado, pelos níveis distintos de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em cada uma das regiões do País, e pelas relações desiguais que se estabelecem entre as mesmas. A configuração espacial a elas associada remete à divisão regional do trabalho em um território nacional, aos conflitos entre a reprodução do capital em escala nacional e regional.

No caso brasileiro, esta linha de diferenciação melhor sumarizada pelas relações Centro-Sul/Nordeste, está intimamente ligada às modificações verificadas no pós-30, a partir, simultaneamente, da industrialização e da integração do mercado nacional. A este respeito, escreve Francisco de Oliveira (Oliveira, 1977):

“O desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira ou, mais rigorosamente, começou a forjar *uma divisão regional do trabalho nacional*, em substituição ao “arquipélago” de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações

com o exterior. Derrocaram-se as barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, na rota das transformações operadas pela Revolução de 1930, ...; instituiu-se o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no País, e aboliu-se a capacidade que detinha cada Estado de legislar sobre comércio exterior. Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que *tendia* a ser hegemônica; voltada para uma produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado.

A imbricação Estado-burguesia industrial da “região” Sul, agora não mais uma dentre outras “regiões”, mas o centro capitalista nacional *par excellence*, é mais que evidente nessa etapa... Tal evidência surgiu não apenas na criação dos mecanismos político-institucionais, que davam as condições para viabilizar a imposição do equivalente geral da economia industrial ao conjunto do País, mas na ação suplementar que, como Estado, em sentido restrito imprimia a seus gastos: estradas de rodagem que tornavam fisicamente possível a circulação nacional das mercadorias produzidas no Centro-Sul é, ou foi, ao lado da quebra das “barreiras alfandegárias” entre os Estados, um outro fator que reforçou o poder de competição das mercadorias produzidas no Centro-Sul, *vis-à-vis* àquelas produzidas nas outras “regiões” ... é evidente que esta imbricação impunha outro caráter às relações de produção, à estrutura de classes, à estrutura do poder e, sobretudo, à teia de relações entre classes do-

minantes e classes dominadas, . . .” (p. 64/65).

1.2 — Contradições entre centro e periferia

Consideradas, aqui, como uma linha de diferenciação ligada eminentemente a formas intra-regionais de desigualdades, ou seja, como contradições determinadas pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção, e pelo movimento de trocas desiguais, no interior de um espaço regional. Já delineada, nas contradições geradas pela hegemonia comercial das cidades que se constituíam em cabeça de região sobre suas zonas tributárias, quando a economia do País se apresentava compartimentada em uma série de regiões economicamente autônomas entre si e ligadas ao exterior, tal linha de diferenciação foi expandida e tornada mais complexa pelo avanço da industrialização e pela integração nacional. As contradições se fazem agora entre os subespaços regionais mais diretamente integrados à economia urbano-industrial e os subespaços regionais melhor caracterizados por uma estrutura predominantemente mercantil. A configuração espacial das contradições entre centro e periferia será analisada a partir da noção de escalas da urbanização, desenvolvida por Fany Davidovich (Davidovich, 1978).

As escalas da urbanização, para Davidovich, são tomadas como expressão espacial de dimensões diferentes de um mesmo processo de urbanização. Tal noção apóia-se na compreensão do sistema urbano como um todo, no qual as escalas de urbanização correspondem aos ritmos e formas desiguais com que as diversas partes do sistema se ajustam a mudanças.

“Cada escala de urbanização vai refletir, também, uma forma de integração entre determinados tipos de centros, integração essa que tanto pode implicar em relacionamento de longo alcance quanto em características funcionais de âmbito regional. Naturalmente, as escalas não são estanques. Em todas elas se fazem sentir, sob modos e intensidades diferentes, as interações geradas pela economia urbano-industrial e pelo poder político a ela associado” (p. 57).

Na base da noção de escalas da urbanização está a admissão de “que as grandes concentrações urbanas mantêm maior interação entre si do que com as respectivas áreas de influência, mas que é a partir delas que se geram os impulsos para o restante do sistema. Deste modo, a dimensão nacional do sistema urbano apóia-se na rede de interações desenvolvida pela economia industrial, cujo foco de irradiação é o eixo São Paulo-Rio” (p. 55). Davidovich distingue quatro principais escalas da urbanização do País³:

1. *escala de metropolização* — “Esta escala envolve as áreas, mais diretamente afetadas pela economia urbano-industrial, compreendendo não só as áreas metropolitanas propriamente ditas, como trechos que lhes são contíguos. Caracteriza-se pelas densidades mais elevadas de centros, pelo maior tamanho urbano e pela variedade de formas de concentração urbana”;

2. *escala de tangenciamento à metropolização* — “Esta escala se define sobretudo pelo contato dos centros com a metropolização, compreendidas aí as relações com a economia industrial e com o poder político a ela associado” (p. 63);

³ A localização dos centros estudados segundo as escalas da urbanização figura no quadro 3.

As tendências de integração às estruturas metropolitanas mostradas pelos centros da escala de tangenciamento à metropolização caracterizam, muitas vezes, uma condição intermediária, dada, a um tempo, pelas transformações que neles já se processam e pela manutenção de funções regionais tradicionais;

3. *escala das funções regionais* — “Na escala das funções regionais estão compreendidos centros que mantêm uma atuação de prestação de bens e serviços, (...) Trata-se de centros que podem ser alinhados como lugares centrais, dada a estrutura predominantemente mercantil em que se encontram. Caracterizam-se, portanto, por relacionamentos que os distinguem, teoricamente, de aglomerados mais envolvidos com a estrutura industrial”;

4. *escala da fronteira de recursos* — “Um denominador comum aos centros que integram essa escala do processo de urbanização pode ser reconhecido no seu papel de apoio à interiorização do País, estimulada pela pressão para a obtenção de matérias-primas e para a produção de alimentos, a partir das concentrações urbanas e industriais, e do mercado externo” (p. 66).

As dimensões em geral reduzidas dos aglomerados urbanos que integram esta escala e o limite de 50.000 habitantes estabelecido para os centros a serem estudados tornaram quase nula sua representatividade na presente análise⁴.

Como observa Davidovich, não existe homogeneidade entre os centros que integram a mesma escala de urbanização. Com efeito, ao longo de cada uma delas se reflete o componente regional, que se manifesta em diferenciações

econômicas e sociais, e a influência de fatores que atuaram no tempo, isto é, nas diversas fases de evolução dos centros urbanos.

1.3 — Contradições entre cidade e campo

As contradições entre cidade e campo não serão consideradas isoladamente, não apenas porque sua análise seria prejudicada pelo próprio procedimento adotado, que excluiu do estudo os centros de dimensões pequenas, mas, também, porque aceita-se que esta linha de diferenciação está, em parte, englobada pela noção de escalas da urbanização, ao opor as escalas mais diretamente envolvidas com a metropolização e tangenciamento à mesma, *locus* por excelência da economia urbano-industrial — às escalas das funções regionais e da fronteira de recursos, onde os vínculos com a economia rural são mais significativos.

Uma vez que se aceita o território como “um mapa das relações sociais de produção”, admite-se também a possibilidade de operacionalizar, mediante indicadores que expressem a situação das diferentes localizações, contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista.

2 — OS CENTROS URBANOS COMO INDICADORES GEOGRÁFICOS

A definição dos centros urbanos como indicadores geográficos reporta-se à idéia de conteúdo, movimento e forma. Em outras palavras, a mesma foi feita com base em três aspectos, que estão em constante interação e que mani-

⁴ Foram estudadas 90 unidades, correspondentes a aglomerações urbanas, definidas em trabalho anterior (Davidovich e Buarque de Lima, 1975), e a municípios com 50 mil e mais habitantes não incluídos nas primeiras.

festam a alocação diferencial de recursos na estrutura territorial urbana: elementos da estrutura sócio-econômica, ritmos de crescimento e formas de concentração espacial urbana.

2.1 — Elementos da estrutura sócio-econômica

A estrutura sócio-econômica dos centros foi definida, a partir da situação dos mesmos, em três esferas consideradas inter-relacionadas: esfera da produção, esfera da renda e esfera do consumo.

Atribuiu-se a cada centro uma situação — precária, intermediária ou favorável⁵ e uma posição dentro desta situação — de 1, posição inferior, a 3, melhor posição, em estrutura produtiva (emprego na indústria; salários e produtividade em atividades urbanas; nível de instrução da população adulta), em renda (rendimento mensal da PEA) e em consumo (bens de consumo coletivos; bens de consumo individuais; estrutura etária). A estrutura do centro foi definida pela simples justaposição das situações obtidas pelo mesmo em cada uma das esferas consideradas⁶.

Pretendeu-se, com este procedimento, obter um indicador que integrasse, sem anular, os elementos parciais da estrutura sócio-econômica, possibilitando apontar formas de urbanização caracterizadas não apenas por uma situação mais ou menos favorável nos diferentes setores, mas também pelo tipo de inter-relação existente entre os mesmos (Quadro 1).

A inter-relação dos três setores analisados expressou-se em condições de maior ou menor equilíbrio. *Padrão convergente* indica centros

com todos os setores estudados (estrutura produtiva, renda e consumo) classificados em uma mesma situação (precária, intermediária ou favorável). *Padrão aproximadamente convergente* refere-se a centros com um dos setores em uma situação diferente da dos demais, mas com diferença de apenas uma posição entre eles. O *padrão divergente* apresenta uma distância maior entre a situação de um setor e a dos restantes, envolvendo a diferença de duas ou mais posições entre os mesmos. Finalmente, no *padrão muito divergente*, cada setor foi classificado em uma situação diferente.

Os *padrões de convergência*, aqueles que melhor expressam o inter-relacionamento existente entre os três setores estudados, mostram-se amplamente dominantes, confirmando a hipótese geral adotada. Mesmo os padrões ditos de divergência não se afastam muito da referida hipótese, já que dois dos setores apresentam-se em uma mesma situação. Apenas os padrões muito divergentes estariam delas apartados, mas tais padrões caracterizam apenas três entre os noventa aglomerados estudados.

A partir das situações gerais e do grau de convergência entre as posições nos três setores considerados, duas linhas de diferenciação podem ser apontadas. Uma primeira linha refere-se ao sentido vertical, compreendendo um *continuum* de centros alocados em três tipos de situações gerais (Quadro 1): precárias ou predominantemente precárias, intermediárias ou predominantemente intermediárias, favoráveis ou predominantemente favoráveis. As posições extremas desse *continuum* são representadas por Parnaíba, Mossoró e Crato/Juazeiro do Norte,

⁵ Vale salientar que tais definições são relativas, remetendo a uma posição dentro do universo estudado.

⁶ Os procedimentos e as variáveis utilizados na construção dos indicadores figuram no anexo 2.

que ocupam o nível mais baixo em todos os setores (conforme ilustrado pela notação $P_1P_1P_1$), e por Santos e Campinas, que atingem o nível mais elevado ($F_3F_3F_3$).

Uma segunda linha de diferenciação é percebida no sentido horizontal e parte dos padrões convergentes, que se referem à mesma situação em estrutura produtiva, renda e consumo, para os padrões progressivamente divergentes. Exemplos expressivos de padrões extremos são fornecidos, de um lado, por centros como Parnaíba, Governador Valadares, Natal, Blumenau ou Campinas, entre outros, que apresentam não apenas uma mesma situação, mas também a mesma posição nos três setores, e, de outro lado, por Macapá, Manaus ou Ipatinga, com situação diferente em cada um dos setores. Considerando a posição relativa obtida pelos centros nos diferentes setores, é possível distinguir tipos ou combinações, assumidos como formas de urbanização: mesma posição nos três setores, melhor posição em estrutura produtiva, melhor posição em renda, melhor posição em consumo, além de formas que representam desdobramentos das primeiras — melhor posição em estrutura produtiva e renda, melhor posição em renda e consumo, melhor posição em estrutura produtiva e consumo (Quadros 1, 1a, 1b).

Essas características dos centros urbanos não são, porém, estáticas, representando condições em um dado momento do tempo (1970), sujeitas a transformações. A inter-relação entre os três setores considerados é necessariamente dinâmica. Pode-se, assim, admitir que unidades alocadas em padrões convergentes passem para padrões divergentes ou, ao contrário, que as de padrões divergentes se transfiram para os convergentes, ao longo do tempo. Mudanças também devem ser admitidas na posição dos centros referentes ao

continuum vertical, que envolve desde as situações precárias ou predominantemente precárias até as situações favoráveis ou predominantemente favoráveis.

Nessas considerações está certamente contida a idéia de movimento, com a qual se pretende sublinhar o sentido dinâmico e mutável do real. Nesse sentido, ao se incluírem ritmos de crescimento entre os aspectos analisados, procura-se remeter, ainda que de forma imperfeita, aos processos de distribuição e redistribuição de recursos que se verificam no Território Nacional.

2.2 — Ritmos de crescimento

A caracterização dos centros, quanto ao processo de crescimento, foi feita em função da maior ou menor capacidade de atração e retenção de migrantes. O número de migrantes recentes foi tomado como indicador do poder de atração; o crescimento do pessoal ocupado e os salários médios em atividades urbanas constituíram-se em medida de capacidade de retenção. Procurou-se, pois, analisar o processo de concentração territorial mediante o uso não apenas de indicadores demográficos, mas também de indicadores referentes às atividades produtivas.

A partir das posições mais altas ou mais baixas obtidas em atração e retenção e do grau de convergência entre as mesmas, estabeleceu-se a diferenciação entre os centros, que foram agregados em três grandes categorias: a) *centros com posição mais alta em atração que em retenção de imigrantes* — distinguindo-se centros com ingresso de migrantes muito alto ou alto, centros com ingresso médio e centros com ingresso baixo; b) *centros com posições equivalentes em atração e retenção de imigrantes* — englobando centros com ingresso de mi-

QUADRO 1

Posição dos centros nos três setores estudados
(Estrutura produtiva — renda — consumo)

(continua)

CONVERGÊNCIA		DIVERGÊNCIA	
I. Padrões convergentes (50 unidades)	II. Padrões aproximadamente convergentes (6 unidades)	III. Padrões divergentes (31 unidades)	IV. Padrões muito divergentes (3 unidades)

A. EM SITUAÇÕES PRECÁRIAS NOS TRÊS SETORES (17 UNIDADES) A. EM SITUAÇÕES PRECÁRIAS COM INTERMEDIÁRIA (2 UNIDADES) A. EM SITUAÇÕES PRECÁRIAS COM INTERMEDIÁRIA (5 UNIDADES)

PARNAÍBA (P1.P1.P1.)
JUAZEIRO DO NORTE/CRATO (P1.P1.P1.)
MOSSORÓ (P1.P1.P1.)
TERESINA (P2.P2.P2.)
FEIRA DE SANTANA (P2.P2.P2.)
GOVERNADOR VALADARES (P3.P3.P3.)

Melhor Posição em Estrutura Produtiva

SANTARÉM (P2.P1.P1.) SÃO LUÍS (I1. P3. P3.) ← FORTALEZA (I1.P2.P3.)
SOBRAL (P2.P1.P1.) LAGES (I1.P3.P3.) MONTES CLAROS (I1.P2.P3.)

VITÓRIA DA CONQUISTA (P2.P2.P1.)

TEÓFILO OTONI (P2.P1.P2.)
JOÃO PESSOA (P3.P2.P3.)
ITABUNA/LHÉUS (P3.P2.P3.)

PETROLINA/JUAZEIRO (P1.P2.P2.)
ALAGOINHAS (P1.P2.P2.)

Melhor Posição em Consumo

JEQIÉ (P1.P1.P2.) CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (P3.P2.12.)
CARUARU (P1.P1.P2.) → CAMPOS (P3.P3.12.)
CAMPINA GRANDE (P2.P2.P3.) CACHOEIRA DO SUL (P3.P3.12.)

B. EM SITUAÇÕES INTERMEDIÁRIAS NOS TRÊS SETORES (22 UNIDADES) B1. EM SITUAÇÕES INTERMEDIÁRIAS COM PRECÁRIA (2 UNIDADES) B2. EM SITUAÇÕES INTERMEDIÁRIAS COM FAVORÁVEL (7 UNIDADES) B1. EM SITUAÇÕES INTERMEDIÁRIAS COM PRECÁRIA (6 UNIDADES) B2. EM SITUAÇÕES INTERMEDIÁRIAS COM FAVORÁVEL (12 UNIDADES)

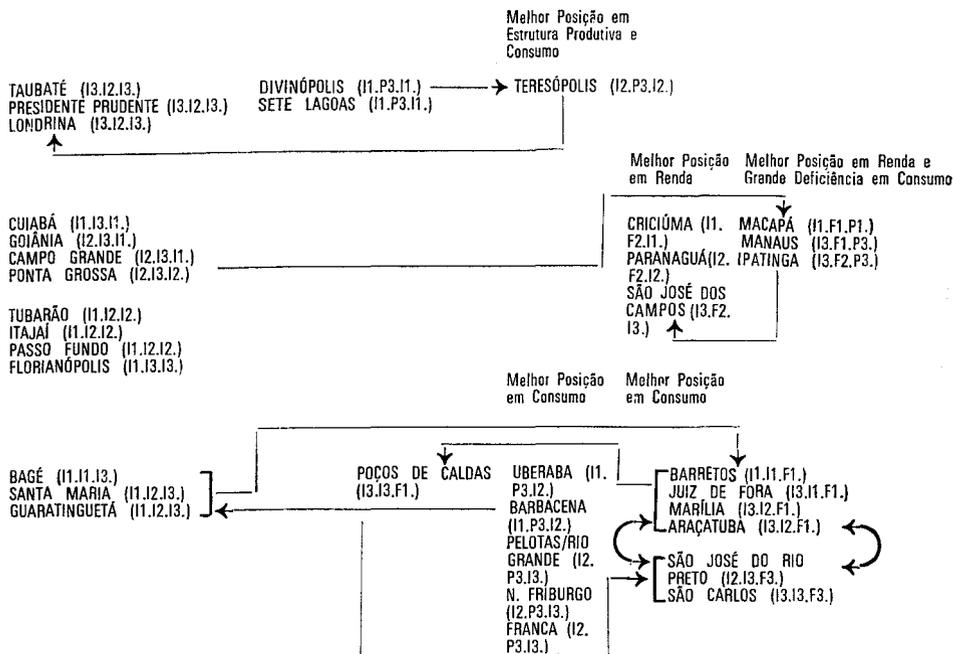
NATAL (I1. I1. I1.)
ARACAJU (I1.I1.I1.)
MACEIÓ (I1.I1.I1.)
URUGUAIANA (I1.I1.I1.)

Melhor Posição em Estrutura Produtiva

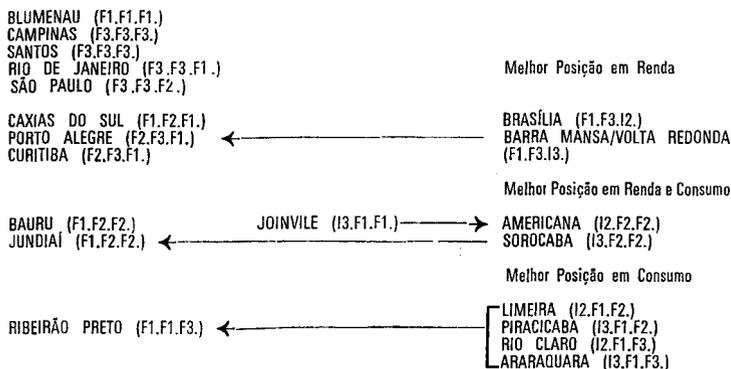
RECIFE (I3.I1.I1.) SALVADOR (F 1. I3.I1.)
UBERLÂNDIA (I3.I1.I2.) → VITÓRIA (F1. I3. I2.)
MARINGÁ (I3.I2.I2.) BELO HORIZONTE (F2.I3.I3.)

BELÉM (I3.I3.I1.)

CONVERGÊNCIA		DIVERGÊNCIA	
I. Padrões convergentes (50 unidades)	II. Padrões aproximadamente convergentes (6 unidades)	III. Padrões divergentes (31 unidades)	IV. Padrões muito divergentes (3 unidades)



C. EM SITUAÇÕES FAVORÁVEIS NOS TRÊS SETORES (11 UNIDADES) C. EM SITUAÇÕES FAVORÁVEIS COM INTERMEDIÁRIA (1 UNIDADE) C. EM SITUAÇÕES FAVORÁVEIS COM INTERMEDIÁRIA (8 UNIDADES)



NOTAS: (1) Na tabela, em seguida ao nome de cada centro, a 1.ª notação representa a situação em estrutura produtiva; a 2.ª notação, a situação em renda (rendimento mensal da PEA); e a 3.ª notação, a situação em consumo.

(2) As notações P, I e F designam, respectivamente, *situação precária*, *situação intermediária* e *situação favorável*. O índice numérico, por sua vez, marca uma posição dentro de cada uma das situações definidas: de 1, posição inferior, a 3 melhor posição.

(3) Foram considerados como tendo padrão convergente os centros com todos os setores estudados (estrutura produtiva, renda, consumo) classificados em uma mesma situação; como *padrão aproximadamente convergente*, os centros com um dos setores em uma situação diferente da dos demais, mas com diferença de apenas uma posição entre eles; *padrão divergente* apresenta um setor em situação diferente da dos outros dois com setores, diferença de duas ou mais posições entre os mesmos; no *padrão muito divergente*, cada setor foi classificado em uma situação diferente.

(4) O direcionamento das setas que figuram na tabela é o seguinte: de situação geral inferior para situação geral melhor.

FONTE: Censo Demográfico, 1970, IBGE; Censo Industrial, 1970, IBGE; Censo Comercial, 1970, IBGE; Censo dos Serviços, 1970, IBGE.

QUADRO 1a

Formas de urbanização: situação dos centros, segundo as Grandes Regiões

GRANDES REGIÕES	TOTAL		SITUAÇÕES GERAIS PRECÁRIAS				
	Absoluto	% em relação ao conjunto das unidades estudadas	Nos três setores	Com intermediária	Total		
					Absoluto	Relativo	
						% em relação ao total de unidades da região	% em relação ao total de unidades do tipo
TOTAL.....	90	100	17	7	24	—	(1) 26,6
Norte.....	4	4,4	1	0	1	25,0	4,2
Nordeste.....	21	23,3	14	2	16	76,2	66,7
Sudeste.....	41	45,6	2	3	5	12,2	20,8
Sul.....	20	22,2	0	2	2	10,0	8,3
Centro-Oeste.....	4	4,4	0	0	0	0,0	0,0

GRANDES REGIÕES	SITUAÇÕES GERAIS INTERMEDIÁRIAS						
	Nos três setores	Com precárias	Com favorável	Situações diferentes nos três setores	Total		
					Absoluto	Relativo	
						% em relação ao total de unidades da região	% em relação ao total de unidades do tipo
TOTAL.....	22	8	13	3	46	—	(1) 51,1
Norte.....	1	0	0	2	3	75,0	6,5
Nordeste.....	4	0	1	0	5	23,8	10,9
Sudeste.....	4	7	10	1	22	53,6	47,8
Sul.....	10	1	2	0	13	65,0	28,3
Centro-Oeste.....	3	0	0	0	3	75,0	6,5

GRANDES REGIÕES	SITUAÇÕES GERAIS FAVORÁVEIS					
	Nos três setores	Com intermediária	Absoluto	Total		
				Absoluto	Relativo	
					% em relação ao total de unidades da região	% em relação ao total de unidades do tipo
TOTAL.....	11	9	20	—	(1) 22,2	
Norte.....	0	0	0	0,0	0,0	
Nordeste.....	0	0	0	0,0	0,0	
Sudeste.....	7	7	14	34,2	70,0	
Sul.....	4	1	5	25,0	25,0	
Centro-Oeste.....	0	1	1	25,0	5,0	

FONTE: Censo Demográfico, 1970; Censo Industrial, Comercial e dos Serviços, 1970. IBGE.

(1) Percentagem em relação ao conjunto das unidades estudadas.

QUADRO 1b

Formas de urbanização por Grandes Regiões, segundo os tipos de estrutura

TIPOS DE ESTRUTURA (Setores em melhor posição)	GRANDES REGIÕES							
	Total		Norte			Nordeste		
	Absoluto	% em relação ao total das unidades estudadas	Total	% em relação ao total de unidades da Região	% em relação ao total de unidades do tipo	Total	% em relação ao total de unidades da Região	% em relação ao total de unidades do tipo
TOTAL.....	90	100,0	4	100,0	(1) 4,4	21	100,0	(1) 23,3
Estrutura produtiva.....	12	13,3	1	25,0	8,3	5	23,8	41,7
Estrutura produtiva e renda.....	4	4,4	1	25,0	25,0	1	4,8	25,0
Renda.....	15	16,7	2	50,0	13,3	0	0,0	0,0
Renda e consumo.....	11	12,2	0	0,0	0,0	2	9,5	18,1
Consumo.....	26	28,9	0	0,0	0,0	3	14,3	11,5
Estrutura produtiva e consumo.....	9	10,0	0	0,0	0,0	2	9,5	22,2
Mesma posição nos 3 setores.....	13	14,4	0	0,0	0,0	8	38,1	61,5

TIPOS DE ESTRUTURA (Setores em melhor posição)	GRANDES REGIÕES								
	Sudeste			Sul			Centro-Oeste		
	Total	% em relação ao total de unidades da Região	% em relação ao total de unidades do tipo	Total	% em relação ao total de unidades da Região	% em relação ao total de unidades do tipo	Total	% em relação ao total de unidades da Região	% em relação ao total de unidades do tipo
TOTAL.....	41	100,0	(1) 45,6	20	100,0	(1) 22,2	4	100,0	(1) 4,4
Estrutura produtiva.....	4	9,8	33,3	2	10,0	16,7	0	0,0	0,0
Estrutura produtiva e renda.....	2	4,9	50,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Renda.....	3	7,3	20,0	6	30,0	40,0	4	100,0	26,7
Renda e consumo.....	4	9,8	36,4	5	25,0	45,5	0	0,0	0,0
Consumo.....	19	46,3	73,0	4	20,0	15,4	0	0,0	0,0
Estrutura produtiva e consumo.....	6	14,6	66,7	1	5,0	11,1	0	0,0	0,0
Mesma posição nos 3 setores.....	3	7,3	23,1	2	10,0	15,4	0	0,0	0,0

FONTE — Censo Demográfico, 1970. Censo Industrial, Comercial e dos Serviços, 1970, IBGE.
(1) Percentagem em relação ao total das unidades estudadas.

grantes muito alto ou alto, com ingresso médio e com ingresso baixo ou muito baixo; c) *centros com posição mais alta em retenção que em atração de imigrantes* — esta última categoria, com número pouco expressivo de unidades, inclui centros com ingresso médio e com ingresso baixo ou muito baixo de migrantes (Quadro 2).

Como principais focos de concentração geográfica, emergem os centros caracterizados pela con-

centração expressiva quer de população quer de atividades produtivas, ou seja, os que aliam em posições equivalentes, um ingresso de migrantes muito alto ou alto a uma capacidade de retenção igualmente muito alta ou alta — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre⁷.

Em situação oposta a este primeiro grupo, colocam-se dois tipos de centros. De um lado, aqueles que denotam dinamismo populacional, mas nos quais a concen-

⁷ Ver nota 5.

QUADRO 2

Posição dos centros em capacidade de atração e retenção de migrantes ⁽¹⁾ *Número de centros*

INGRESSO E RETENÇÃO DE MIGRANTES	REGIÕES					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Total
I. Posição mais alta em ingresso						
a) Com ingresso muito alto ou alto						
1. Ingresso muito alto e retenção alta.....	—	1	3	2	2	8 { Salvador, Santos, Campinas, São José dos Campos, Curitiba, Londrina, Brasília, Goiânia
2. Ingresso muito alto ou alto e retenção média.....	—	3	2	—	—	5 { Recife, Fortaleza, Natal, Vitória, Jundiá
3. Ingresso alto e retenção muito baixa.....	—	1	—	—	—	1 { João Pessoa
b) Com ingresso médio						
4. Ingresso médio e retenção baixa.....	1	2	5	3	—	11 { Macapá, Aracaju, Maceió, Sorocaba, Taubaté, São Carlos, Governador Valadares, Uberaba, Ponta Grossa, Pelotas/Rio Grande, Santa Maria
5. Ingresso médio e retenção muito baixa.....	—	7	1	—	—	8 { São Luís, Teresina, Campina Grande, Feira de Santana, Itabuna/Ihéus, Juazeiro do Norte/ Crato, Petrolina/Juazeiro, Montes Claros
c) Com ingresso baixo						
6. Ingresso baixo e retenção muito baixa.....	1	6	1	—	—	8 { Santarém, Caruaru, Parnaíba, Mossoró, Jequié, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Cachoeiro de Itapemirim
TOTAL.....	2	20	12	5	2	41
II. Posições equivalentes em ingresso e retenção						
a) Com ingresso muito alto ou alto						
7. Ingresso muito alto ou alto e retenção muito alta ou alta	—	—	4	2	—	6 { São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre Ipatinga, Maringá
b) Com ingresso médio						
8. Ingresso médio e retenção média.....	2	—	15	3	1	21 { Belém, Manaus, Ribeirão Preto, Bauru, Americana, Guaratinguetá, Limeira, Franca, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Pocos de Caldas, Juiz de Fora, Divinópolis, Barra Mansa/Volta Redonda, Araçatuba, Marília, Uberlândia, Joinville, Lages, Florianópolis, Campo Grande
c) Com ingresso baixo ou muito baixo						
9. Ingresso baixo ou muito baixo e retenção baixa ou muito baixa.....	—	1	8	3	1	13 { Sobral, Barretos, Nova Friburgo, Sete Lagoas, Barbacena, Teófilo Otoni, Campos, Araraquara, Rio Claro, Itajaí, Tubarão, Uruguaiana, Cuiabá
TOTAL.....	2	1	27	8	2	40
III. Posição mais alta em retenção						
a) Com ingresso médio						
10. Ingresso médio e retenção alta.....	—	—	—	1	—	1 { Caxias do Sul
b) Com ingresso baixo ou muito baixo						
11. Ingresso baixo e retenção alta ou média.....	—	—	2	4	—	6 { Teresópolis, Piracicaba, Blumenau, Paranaíba, Criciúma, Passo Fundo
12. Ingresso muito baixo e retenção média ou baixa.....	—	—	—	2	—	2 { Cachoeira do Sul, Bagé
TOTAL.....	—	—	2	7	—	9

FONTE: Censos Demográfico, Industrial, Comercial e dos Serviços, 1970, IBGE

(1) — D'Avilla Cavalcanti — *Migrantes* (Inédito)

tração de atividades produtivas se faz em proporção bem inferior à demográfica. É o caso dos centros de posição mais alta em atração que em retenção, com um descompasso acentuado entre um e outro fenômeno: centros com ingresso de migrantes alto ou médio e retenção muito baixa, como São Luís, Teresina, João Pessoa ou Campina Grande. De outro lado, os centros em que, se existe equivalência entre atração e retenção de imigrantes, esta se faz em torno de posições baixas ou muito baixas que manifestam estagnação. É o que ocorre, entre outros, com Campos, Sobral, Cachoeiro de Itapemirim ou Parnaíba.

O número de centros caracterizados por atração de imigrantes mais alta que retenção, além da localização predominantemente nordestina dos que revelam defasagem mais acentuada entre os dois fenômenos, confirma a tendência já ressaltada por Carlos A. de Mattos em seu estudo sobre crescimento e concentração espacial na América Latina: no caso do Brasil, o processo de concentração territorial se configura de forma muito mais clara quando se analisa este fenômeno através de alguns indicadores correspondentes às atividades econômicas do que quando se recorre simplesmente a indicadores demográficos (Mattos, 1979) — quadros 2a e 2b.

QUADRO 2a

Tipos de estrutura urbana, segundo a capacidade de atração e retenção de migrantes

INGRESSO E RETENÇÃO DE MIGRANTES	POSIÇÃO DOS CENTROS EM ESTRUTURA URBANA (Setores em melhor posição)							
	Total	Estrutura produtiva	Renda	Consumo	Estrutura produtiva e renda	Estrutura produtiva e consumo	Renda e consumo	Mesma posição nos três setores
INGRESSO								
TOTAL.....	90	12	15	26	4	9	11	13
Muito alto.....	15	5	5	0	2	1	0	2
Alto.....	5	1	1	0	0	1	1	1
Médio.....	41	4	6	14	1	4	6	6
Baixo.....	25	1	3	9	1	3	4	4
Muito baixo.....	4	1	0	3	0	0	0	0
RETENÇÃO								
TOTAL.....	90	12	15	26	4	9	11	13
Muito alta.....	4	1	1	0	2	0	0	0
Alta.....	12	2	6	0	0	1	0	3
Média.....	32	5	5	11	1	3	6	1
Baixa.....	23	0	3	10	0	3	3	4
Muito baixa.....	19	4	0	5	1	2	2	5

QUADRO 2b

Caracterização dos centros, por Grandes Regiões, segundo capacidade de atração e retenção de migrantes

INGRESSO E CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE MIGRANTES	GRANDES REGIÕES							
	Total		Norte			Nordeste		
	Número de centros	% em relação ao total de unidades estudadas	Número de centros	% em relação ao total de unidades da Região	% em relação ao total de unidades do tipo	Número de centros	% em relação ao total de unidades da Região	% em relação ao total de unidades do tipo
INGRESSO								
TOTAL.....	90	100,0	4	100,0	(1) 4,4	21	100,0	(1) 23,3
Muito alto.....	15	16,7	—	0,0	0,0	3	14,3	20,0
Alto.....	5	5,5	—	0,0	0,0	2	9,5	40,0
Médio.....	41	45,6	3	75,0	7,3	9	42,8	21,9
Baixo.....	25	27,8	1	25,0	4,0	6	28,6	24,0
Muito baixo.....	4	4,4	—	—	0,0	1	4,8	25,0
RETENÇÃO								
TOTAL.....	90	100,0	4	100,0	(1) 4,4	21	100,0	(1) 23,3
Muito alta.....	4	4,4	—	0,0	0,0	—	0,0	0,0
Alta.....	12	13,3	—	0,0	0,0	1	4,8	8,3
Média.....	32	35,6	2	50,0	6,2	3	14,3	9,4
Baixa.....	23	25,6	1	25,0	4,3	2	9,5	8,7
Muito baixa.....	19	21,1	1	25,0	5,3	15	71,4	78,9

INGRESSO E CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE MIGRANTES	GRANDES REGIÕES								
	Sudeste			Sul			Centro-Oeste		
	Número de centros	% em relação ao total de unidades da Região	% em relação ao total de unidades do tipo	Número de centros	% em relação ao total de unidades da Região	% em relação ao total de unidades do tipo	Número de centros	% em relação ao total de unidades da Região	% em relação ao total de unidades do tipo
INGRESSO									
TOTAL.....	41	100,0	(1) 45,6	20	100,0	(1) 22,2	4	100,0	(1) 4,4
Muito alto.....	7	17,1	46,7	3	15,0	20,0	2	50,0	13,3
Alto.....	2	4,9	40,0	1	5,0	20,0	—	0,0	0,0
Médio.....	21	51,2	51,2	7	35,0	17,1	1	25,0	2,4
Baixo.....	10	24,4	40,0	7	35,0	28,0	1	25,0	4,0
Muito baixo.....	1	2,4	25,0	2	10,0	50,0	—	0,0	0,0
RETENÇÃO									
TOTAL.....	41	100,0	(1) 45,6	20	100,0	(1) 22,2	4	100,0	(1) 4,4
Muito alta.....	3	7,3	75,0	1	5,0	25,0	—	0,0	0,0
Alta.....	4	9,8	33,3	5	25,0	41,7	2	50,0	16,7
Média.....	19	46,3	59,4	7	35,0	21,9	1	25,0	3,1
Baixa.....	12	29,3	52,2	7	35,0	30,4	1	25,0	4,3
Muito baixa.....	3	7,3	15,8	—	0,0	0,0	—	0,0	0,0

FORNTE — Censo Demográfico, 1970; Censo Industrial, Comercial e dos Serviços, 1970, IBGE.
 (1) Percentagem em relação ao total das unidades estudadas.

Os movimentos migratórios que, de um lado, têm origem nas características das diferentes localizações em um dado momento, envolvem, por sua vez, alterações no conteúdo e na forma das mesmas em um momento seguinte.

2.3 — Formas de concentração espacial urbana

No tocante às formas urbanas, considera-se que o processo de acumulação capitalista atualmente dominante nas economias periféricas, a par da concentração econômica e da concentração social, também mostrou uma clara tendência à concentração territorial. Os fenômenos de concentração geográfica se traduzem em uma configuração territorial caracterizada pela aglomeração conjunta de atividades produtivas e de população em um número relativamente reduzido de centros urbanos grandes, que se convertem em estratégia e instrumento da produção capitalista (Mattos, 1979).

Na análise das formas espaciais estruturadas pelo fenômeno de concentração urbana no País, foram utilizados os resultados obtidos na primeira etapa dos estudos sobre aglomerações urbanas no Brasil (Davidovich e Buarque de Lima, 1975). A seleção das unidades urbanas estudadas foi feita a partir de um patamar mínimo de população (dados referentes a 1970), que geralmente se relaciona ao grau de concentração e de complexidade de atividades em uma determinada área.

O emprego de critérios de caráter demográfico, de estrutura econômica e de interação, permitiu identificar diferentes tipos de concentração territorial urbana, que figuram no anexo 1.

A maior diversidade de formas urbanas da escala da metropolização, com aglomerações de diferen-

tes tipos e tamanhos; a predominância, entre os centros que integram essa escala, de posições altas ou muito altas em ingresso de migrantes — com destaque especial para as aglomerações de categoria metropolitana em diferentes regiões; o fato de as situações favoráveis ou predominantemente favoráveis em estrutura sócio-econômica constituírem um padrão não apenas do Centro-Sul, mas particularmente de centros das escalas da metropolização ou de tangenciamento à mesma no Centro-Sul, expressam as tendências à concentração territorial da população e atividades produtivas no País.

3 — OS CENTROS URBANOS COMO EXPRESSÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Nesta seção busca-se reconhecer, a partir dos elementos utilizados na construção dos indicadores, as linhas de diferenciação determinadas pelas já mencionadas fases de expansão do capitalismo, cujas manifestações coexistem no território do País, através de várias formas de articulação:

a) a simples caracterização dos centros em *situações de precariedade, intermediárias e favoráveis* marca, seguramente, uma primeira linha de diferenciação entre desenvolvimento/subdesenvolvimento. As situações favoráveis referem-se basicamente a unidades que detêm a maior concentração do capital industrial e do poder de decisão, abrangendo as principais aglomerações urbanas do Sudeste-Sul e também Brasília, como se pode constatar na situação dos centros segundo as Regiões (Quadro 1a). Com efeito, é no Centro-Sul que se encontram os centros alocados nas *situações gerais*

favoráveis. Em oposição, *as situações precárias* correspondem majoritariamente a centros de regiões economicamente mais atrasadas, em particular o Nordeste. Por sua vez, unidades alocadas nas *situações gerais intermediárias* têm expressão dominante no Sudeste e no Sul, cabendo porém notar a presença mais importante de combinações com as *situações precária e favorável* na primeira Região. Desde logo é portanto possível constatar que o Sudeste, área de concentração principal da economia capitalista no País, apresenta maior número de centros e maior diversificação do que as regiões de economia mais atrasada.

A articulação desta linha de diferenciação com a configuração referente à contradição centro/periferia torna ainda mais expressivo o grau de concentração espacial dos recursos econômicos e sociais. As *situações gerais favoráveis* caracterizam, no Centro-Sul, especificamente as escalas de metropolização e tangenciamento à mesma; no Nordeste, por sua vez, os poucos centros que fogem ao padrão geral de precariedade, atingindo *situações gerais intermediárias*, pertencem às mesmas escalas de urbanização;

b) as formas de urbanização definidas segundo tipos de estrutura calcados nos setores em melhor posição ou em posição equivalente (Quadro 1b) trazem novos elementos de esclarecimento à configuração espacial referente à contradição desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Com efeito, a comparação entre as condições a nível inter-regional leva a supor que se referem a distintos níveis de maturidade do capital no Território Nacional. Neste sentido, o Sudeste aparece nitidamente como o pólo principal de acumulação do capital. Tal constatação pode ser feita seja pelo nível mais elevado, que nela se ve-

rifica, da urbanização que destaca a posição do *setor consumo* (73,0% do total das unidades deste tipo estão na Região Sudeste), como também porque aí se concentram outros aspectos do processo urbano capitalista estudados, não isoladamente, como em outras regiões, mas de maneira conjugada. Trata-se dos tipos com *melhor posição em estrutura produtiva e consumo* e com *melhor posição em estrutura produtiva e renda*, dos quais o Sudeste detém, respectivamente, 66,7% e 50,0% do total de unidades.

Essa complexidade da região pólo aponta certamente para uma divisão social e territorial do trabalho mais pronunciada do que as reveladas pelas condições diversas apresentadas pelas demais regiões. Condições estas que se manifestam na menor diversificação das formas de urbanização, que se torna mais flagrante no Norte e, principalmente, no Centro-Oeste, onde só figura o tipo com *melhor posição em renda*.

No Nordeste, onde o subdesenvolvimento relativo encontra particular representatividade, também prevalece uma urbanização relativamente homogênea, caracterizada pela maior proporção do tipo com posição equivalente nos três setores em análise. A prevalência da urbanização com "equilíbrio" na inter-relação dos três setores analisados (estrutura produtiva, renda e consumo), que o Nordeste concentra em 61,5% é igualmente reveladora da fragilidade econômica da Região, dada sua alocação dominante nas *situações gerais precárias*. A expressão também significativa do tipo com melhor posição em estrutura produtiva, no qual o Nordeste detém 42% do total, deriva certamente do estímulo de incentivos fiscais dirigidos sobretudo para a indústria. Mas o destaque do referido setor no Nordeste deve ser principalmente atribuído ao cres-

cimento de serviços de baixa qualificação e remuneração, que abrigam frequentemente elevado contingente migratório.

Por sua vez, a prevalência da urbanização com *melhor posição em renda* tem seguramente significados diferentes nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. Nessa última, tal prevalência deve decorrer de uma distribuição de renda relativamente equilibrada, em grande parte vinculada a uma tradição cultural da Região. Já no Centro-Oeste a dominância em questão estaria ligada a seu caráter de região nova, cujas estruturas ainda estão em organização. Supõe-se por fim que na Região Norte a *melhor posição em renda* corresponda a uma particular conexão entre urbanização e concentração da renda, no quadro de um sistema produtivo predominantemente tradicional;

c) tal diferenciação das formas de urbanização capitalista no País tem repercussão no movimento da população. Como se pode notar no quadro 2a, a *melhor posição em estrutura produtiva* e a *melhor posição em renda* representam os principais fatores de atração de migrantes, compreendendo o maior número de centros caracterizados pelo ingresso *muito alto*. Quanto à retenção, a capacidade *muito alta* corresponde principalmente à forma de urbanização que conjuga o destaque nos setores de *estrutura produtiva* e no de *renda*, mas a capacidade *alta* diz principalmente respeito a centros com *posição melhor na renda*.

Verifica-se, em oposição, que a urbanização com prevalência do setor consumo e suas combinações não mostra a mesma representatividade para o movimento migratório, seja no tocante à atração, seja no tocante à absorção. Com efeito, os tipos assim caracterizados apresentam valores inferiores, que de-

clinam a partir de posições médias para as baixas e muito baixas.

Esses elementos revelam, assim, uma conexão entre características da organização urbana capitalista e a mobilização da população. A nível da diferenciação desenvolvimento/subdesenvolvimento, pode-se notar que as condições de maior atração e retenção de migrantes se concentram na principal região de acumulação do capital, onde se reúnem os recursos mais importantes da população e de atividades produtivas (Quadros 2 e 2b). De fato, é no Sudeste que figuram, majoritariamente, os centros em que as posições no ingresso e retenção são igualmente elevadas. A Região concentra 46,7% dos centros com maior capacidade de atração e 75,0% dos que mostram capacidade de retenção também *muito alta*.

Aglomerados com posições mais importantes no tocante ao movimento migratório vêm de caracterizar o contexto do Centro-Sul, na medida em que também compõem na Região Centro-Oeste e principalmente na Região Sul, que apresentou a maior percentagem de unidades com capacidade de retenção *alta* (41,7%). Essas condições mais favoráveis à migração, contudo, limitam-se às metrópoles e a alguns poucos centros regionais, o que explica valores relativamente menos expressivos, quanto ao respectivo total. Mas é preciso ressaltar que as Regiões acima citadas apresentam comportamento distinto face à mobilidade espacial da população. Assim, o Centro-Oeste como um todo caracteriza-se principalmente pelo ingresso *muito alto* de migrantes, dada sua posição na expansão da fronteira econômica interna. O reflexo dessa expansão, que tem caráter inter-regional, corresponde certamente à primazia que obteve, por sua vez, o ingresso *médio* na Região Norte. Ao contrário, o Sul identificou-se sobretudo por ingressos *baixo* e

muito baixo, salientando-se em capacidade de retenção.

Na Região Nordeste, a debilidade da estrutura econômica transpõe seguramente no fato de a maioria dos centros apresentar baixas capacidades de retenção. As exceções referem-se, basicamente, às metrópoles, fazendo ressaltar mais uma vez a importância das estruturas de concentração geográfica de população e de recursos nesse particular. É assim que o Nordeste reúne 20,0% e 40,0% dos tipos com ingresso *muito alto* e *alto* de migrantes, geralmente de origem intra-regional, mas 78,9% dos tipos com capacidade *muito baixa* de retenção.

Mas, por outro lado, o Sudeste também concentra o maior número de centros com posições equivalentes seja em valores médios de ingresso e retenção de migrantes, seja em valores baixos e muito baixos. Enquanto nas posições de valores mais elevados figuram as principais áreas metropolitanas e importantes aglomerações do “em torno” de São Paulo, as classes progressivamente inferiores envolvem centros com dimensões menores e com estruturas diferentes. O quadro 3a, organizado segundo tipos de concentração urbana definidos em trabalho já citado e segundo as formas de urbanização (setores com melhor posição e setores com posição equivalente) permite tal constatação.

Assim, a classe correspondente à capacidade *média* de atração e de retenção de migrantes compreende, em grande parte, aglomerados nos quais a posição mais destacada cabe ao *setor consumo*, que predomina largamente nos municípios com cidades de 50 mil e mais habitantes, não incluídos nas aglomerações (Quadro 3a). Por sua vez, a classe em que posições *baixas* ou *muito baixas* se equivalem, tanto no ingresso quanto na retenção de migrantes,

se refere a cidades que apresentam geralmente deficiência no *setor da renda*, como se pode verificar no quadro 2a.

As considerações a respeito dos diferentes elementos analisados levam desde logo a admitir que o processo de desenvolvimento apresenta descontinuidade no espaço, mesmo naquele que corresponde à principal região da economia capitalista no País. Cabe assinalar que é particularmente na esfera de influência da metrópole paulistana que o afastamento crescente dos centros urbanos em relação ao pólo central implica gradativa passagem das *situações favoráveis* para as *intermediárias*, valendo notar que poucas são as unidades com setores nas situações menos privilegiadas.

Mas, fora da região de São Paulo, a concentração metropolitana dá indícios de ser, via de regra, espoliadora dos respectivos espaços regionais. De fato, contrastes acentuados entre as situações das metrópoles e as dos centros de suas áreas de influência mais direta verificam-se com respeito a Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador ou Recife. Contudo, as disparidades mais pronunciadas se referem à região do Rio de Janeiro, que figura numa *situação favorável 2*, enquanto cidades do seu “em torno” imediato acusaram situações de fragilidade econômica;

d) com essas considerações pretende-se, mais uma vez, ressaltar que tais características, aqui associadas à linha de diferenciação Centro/Periferia, não estão desvinculadas da contradição cidade-campo. Parte-se da idéia de que os contrastes acentuados entre metrópoles e aglomerados das respectivas áreas de influência acima apontados podem também ser interpretados como uma relação de oposição, implicando a concentração espacial

Formas de concentração espacial, escala da urbanização e migração

FORMAS DE CONCENTRAÇÃO ESPACIAL	ESCALA DA METROPOLIZAÇÃO			ESCALA DE TANGENCIAMENTO À METROPOLIZAÇÃO			ESCALAS DAS FUNÇÕES REGIONAIS			ESCALA DA FRONTEIRA DE RECURSOS			TOTAL
	Ingresso de migrantes			Ingresso de migrantes			Ingresso de migrantes			Ingresso de migrantes			
	Muito alto ou alto	Médio	Baixo ou muito baixo	Muito alto ou alto	Médio	Baixo ou muito baixo	Muito alto ou alto	Médio	Baixo ou muito baixo	Muito alto ou alto	Médio	Baixo ou muito baixo	
TOTAL.....	14	9	5	4	12	7	2	19	17	—	1	—	90
Áreas metropolitanas.....	10	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11
Aglomerções submetropolitanas..	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Aglomerções com uma cidade central.....	1	1	—	3	1	—	—	3	—	—	—	—	9
Aglomerções por processo de conurbação.....	1	4	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	6
Aglomerções de cidades geminadas.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Aglomerções sem espaço urbanizado contínuo.....	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	3
Municípios com cidades de 100 mil e mais habitantes.....	—	2	1	—	5	1	1	7	1	—	—	—	18
Municípios com cidades de 50 mil a 99 mil habitantes.....	—	1	4	—	6	6	1	5	16	—	1	—	40

São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Brasília	Belém	Piracicaba	Vitória, João Pessoa, Natal	Aracaju	Caruaru	Londrina	São Luís, Teresina, Florianópolis	Campos	Macapá
Santos, Campinas	Sorocaba	Rio Claro, Sete Lagoas, Teresópolis, Nova Friburgo	Ipatinga	Manaus, Maracá, Ribeirão Preto, Bauru, Caxias do Sul	Blumenau, Araraquara, Barbacena, Paranaíba, Tubarão, Criciúma	Maringá	Petrolina/Juaazeiro	Cuiabá, Vitória da Conquista, Mossoró, Passo Fundo, Teófilo Otoni, Jequié, Uruguaiana, Cachoeira de Itapemirim, Parnaíba, Bagé, Itajaí,	
Jundiá	Barra Mansa/Volta Redonda, Guaratinguetá, Taubaté, Americana			Ponta Grossa, Franca, Joinville, São Carlos, Divinópolis, Poços de Caldas			Itabuna/Ilhéus, Pelotas/Rio Grande, Juaazeiro do Norte/Crato	Alagoinhas, Barretos, Sobral, Santarém, Cachoeira do Sul	
São José dos Campos	Juiz de Fora, Feira de Santana						Campina Grande, Governador Valadares, Santa Maria, Uberlândia, São José do Rio Preto, Uberaba		
	Limeira						Presidente Prudente, Araçatuba, Lages, Montes Claros, Marília		

FONTE: Davidovich e Buarque de Lima — Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 37 (1) jan./mar. 1975
 Davidovich — Escalas de Urbanização: uma Perspectiva Geográfica do Sistema Urbano Brasileiro, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 40, (1) jan./mar. 1978.
 'Avi la zvalcanti — *Migrantes* (inédito).

QUADRO 3a

Estrutura sócio-econômica segundo formas de concentração espacial

FORMA DE CONCENTRAÇÃO ESPACIAL	POSIÇÃO DOS CENTROS DE ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICAS (Setores em melhor posição)							Mesma posição nos três setores
	Total	Estrutura produtiva	Renda	Consumo	Estrutura produtiva e renda	Renda e consumo	Estrutura produtiva e consumo	
TOTAL.....	90	12	15	26	4	11	9	13
Áreas metropolitanas.....	11	4	4	—	3	—	—	—
Aglomerções submetropolitanas.....	2	—	—	—	—	—	—	2
Aglomerções com uma cidade central.	9	2	—	—	—	3	1	3
Aglomerções por processo de conurbação.....	6	—	3	1	—	1	1	—
Aglomerções de cidades geminadas..	1	—	—	—	—	1	—	—
Aglomerções sem espaço urbanizado contínuo.....	3	—	—	1	—	—	1	1
Municípios com cidades de 100 mil e mais habitantes.....	18	1	3	9	—	1	1	3
Municípios com cidades de 50 mil a 99 mil habitantes.....	40	5	5	15	1	5	5	4

FONTE: — Davidovich e Buarque de Lima — Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 37 (1), jan./mar. 1975; Censo Demográfico, 1970, IBGE; Censo Industrial, Comercial e dos Serviços, 1970, IBGE.

de recursos às expensas de centros que representariam, sobremaneira, uma extensão do mundo rural. Esta é certamente uma hipótese que merece ser explorada com o uso de indicadores apropriados e com a pesquisa de campo, sem falar da necessária inclusão de centros de pequeno porte na análise.

Vale porém considerar, como mencionado anteriormente, que as grandes concentrações urbanas foram pensadas numa “escala de urbanização” diferente da de cidades que desempenham basicamente a função de lugar central em áreas de atividades predominantemente rurais (Davidovich, 1978). A diferenciação das escalas de urbanização, que foram concebidas como espacializações distintas do processo urbano-capitalista no País, pode ser constatada através das características da migração (Quadro 3b). A partir da relação entre condição migratória e características da estrutura sócio-econômica dos centros urbanos analisados, pode-se constatar significativos contrastes entre as escalas da urbanização. As que se referem à maior concentração espacial, social e econômica —

metropolização e tangenciamento à metropolização — apresentam o ingresso principal de migrantes, enquanto a escala das funções regionais, em grande parte mais diretamente vinculada ao mundo rural, revela certamente estruturas distintas.

As considerações até aqui expostas fazem salientar que o processo de urbanização no País envolve grandes diferenciações de natureza econômica, social e política, levando mais uma vez a sublinhar o papel da dimensão espacial nessa caracterização. Vale também chamar a atenção para diferenciações que decorrem da oposição entre urbanização com industrialização e urbanização ou crescimento urbano sem indústria, oposição essa que deve manifestar-se entre as principais concentrações urbanas do País.

Características específicas derivam dos grupos sociais e do tipo de população que se fazem presentes em uma e outra estrutura. No tocante ao crescimento urbano sem indústria, Mingione assinala que os grupos sociais dominantes se referem principalmente à construção civil, à grande propriedade

QUADRO 3b

Migração, por Grandes Regiões, segundo formas de concentração espaciais

FORMAS DE CONCENTRAÇÃO ESPACIAIS	Total	NORTE			NORDESTE		
		Muito alto ou alto	Médio	Baixo ou muito baixo	Muito alto ou alto	Médio	Baixo ou muito baixo
TOTAL.....	90	—	3	1	5	9	7
Áreas metropolitanas.....	11	—	1	—	3	—	—
Aglomerações submetropolitanas....	2	—	—	—	—	—	—
Aglomerações com uma cidade central.....	9	—	—	—	2	3	—
Aglomerações por processo de conurbação.....	6	—	—	—	—	—	—
Aglomerações de cidades geminadas.....	1	—	—	—	—	1	—
Aglomerações sem espaço urbanizado contínuo.....	3	—	—	—	—	2	—
Municípios com cidades de 100 mil e mais habitantes.....	18	—	1	—	—	3	1
Municípios com cidades de 50 mil a 99 mil habitantes.....	40	—	1	1	—	—	6

FORMAS DE CONCENTRAÇÃO ESPACIAIS	SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE		
	Muito alto ou alto	Médio	Baixo ou muito baixo	Muito alto ou alto	Médio	Baixo ou muito baixo	Muito alto ou alto	Médio	Baixo ou muito baixo
TOTAL.....	9	21	11	4	7	9	2	1	1
Áreas metropolitanas.....	3	—	—	2	—	—	2	—	—
Aglomerações submetropolitanas....	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Aglomerações com uma cidade central.....	2	1	—	—	1	—	—	—	—
Aglomerações por processo de conurbação.....	2	4	—	—	—	—	—	—	—
Aglomerações de cidades geminadas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aglomerações sem espaço urbanizado contínuo.....	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Municípios com cidades de 100 mil e mais habitantes.....	—	7	2	1	2	—	—	1	—
Municípios com cidades de 50 mil a 99 mil habitantes.....	—	9	9	1	3	9	—	—	1

FONTE: Davidovich e Buarque de Lima — Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil, *Revista Brasileira de Geografia*, 37 (1) jan./mar. 1975; D'Avilla Cavalcanti — *Migrantes* (inédito).

rural, à burocracia com proventos privilegiados. Tem-se aí mais uma proposta a ser averiguada no caso brasileiro, embora desde logo se admita que tais grupos também comparecem na urbanização com industrialização.

3.1 — As formas de urbanização

A proposição dos centros urbanos como indicadores geográficos, referidos particularmente à divisão social e territorial do trabalho, deve complementar-se com a análise a nível das próprias formas de urbanização. Essas formas referem-se a grupos de centros organizados segundo a posição melhor

em cada um dos setores examinados, em suas diversas combinações ou em posições equivalentes. A “posição melhor” tem um caráter relativo face a dos demais setores, não significando necessariamente uma alocação em situação favorável.

A forma de urbanização implica a idéia de *continuum*, na medida em que corresponde a uma graduação na posição dos centros, desde aqueles que se encontram em posições inferiores até os que figuram em posições progressivamente superiores. Esse *continuum* envolve portanto uma orientação, que segue quase sempre dos padrões convergentes para os divergentes

e que também pode envolver o trânsito entre as categorias de *situações* (precárias, intermediárias e favoráveis), como ilustra o quadro 1.

Mas as formas de urbanização assim concebidas não implicam necessariamente apenas um *continuum* de centros. Significa dizer que a posição melhor num determinado setor ou numa combinação de setores pode envolver diferentes modos de inserção dos centros no processo urbano-capitalista do País. É neste sentido que a interpretação das formas de urbanização e de seus diferentes desdobramentos remete às “escalas de urbanização”. Entende-se com isto que os centros de determinado tipo, por exemplo, com *melhor posição no consumo*, têm significado distinto, segundo sua inserção numa “escala da metropolização” ou numa “escala das funções regionais”.

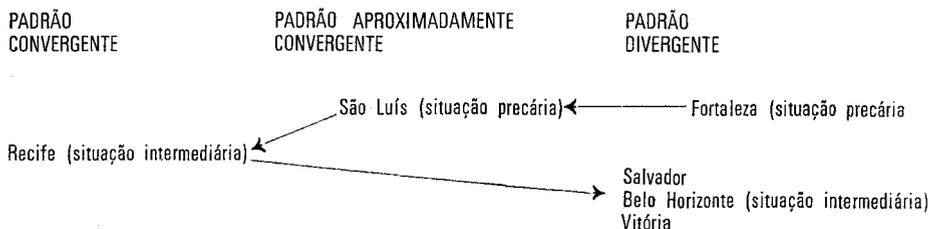
a) a *posição melhor na estrutura produtiva* prevalece em centros das regiões economicamente mais atrasadas e de periferias das próprias regiões desenvolvidas. Mas, como acima referido, essa forma de urbanização compreende diferentes grupos de centros ou diferentes *continuum*.

De um lado, tem-se cidades em que a indústria, embora pouco importante, é a atividade que mais sobressai. Na cidade de Sobral, por exemplo, destaca-se o papel do emprego em setores industriais de

baixa remuneração. Já com respeito a Montes Claros, Uberaba ou Maringá, a presença dominante de beneficiamento responde por índices relativamente distorcidos de produtividade. Mas é preciso também levar em conta que se trata aí de posições geográficas que favorecem o desenvolvimento de certas atividades. A comercialização de produtos agrícolas constitui-se, seguramente, numa dessas atividades que tem em Maringá um dos melhores exemplos.

Caracterizam-se, assim, locais de contato específico com o mundo rural, que dão particular relevo ao setor comércio. Esta atividade pode corresponder à reprodução de pontos de intercâmbio provocada pela expansão do capital a uma distância considerável dos pólos metropolitanos, constituindo-se em elo de organizações econômicas mais complexas e modernas. Mas a prevalência do setor comércio também pode representar, juntamente aos serviços, um terciário tradicional que se mantém. Cabe portanto ressaltar que a posição melhor da estrutura produtiva em tais centros não guarda o mesmo significado que nas grandes concentrações urbanas do País.

O grupo mais importante de centros na referida forma de urbanização é o que reúne algumas aglomerações urbanas importantes, metrópoles em particular, e que pode ser representado pelo seguinte esquema:



O nível superior do referido *continuum* já diz respeito a centros no contato geográfico entre Nordeste e Sudeste, como podem ser considerados os últimos apontados. Ao contrário da aglomeração de São Luís, cuja posição melhor na estrutura produtiva resulta em grande parte, de uma *situação favorável* no nível de instrução adulta, a de Vitória decorre certamente de sua inserção no quadro da industrialização do Sudeste.

Tem-se, assim, um conjunto de aglomerações urbanas nas quais a posição superior na estrutura produtiva derivou de condições específicas, desenvolvidas em momentos particulares do tempo. Com efeito, no tocante aos centros metropolitanos, as estruturas das unidades em questão representam, antes de tudo, efeitos mais recentes de políticas de indução do crescimento econômico no País.

Na região Nordeste, os incentivos fiscais beneficiaram principalmente Salvador. A presença do pólo petroquímico contribuiu certamente para alçar o setor de estrutura produtiva a uma *situação favorável*. Mas, quanto a Belo Horizonte, a indução ao crescimento econômico se apoiou sobretudo em iniciativas da esfera estadual e na articulação de sua indústria com a urbanização de São Paulo e do Rio de Janeiro. Trata-se, pois, de contextos metropolitanos nos quais o desenvolvimento do setor de estrutura produtiva foi fator de desequilíbrio para os setores de renda e consumo, que mostram posições baixas no Recife e particularmente em Fortaleza.

Em oposição, as metrópoles das regiões de economia mais avançada caracterizam-se por um crescimento relativamente auto-sustentado, que não exclui a participação do capital internacional. Essas condições teriam contribuí-

do para certa uniformidade nas posições da estrutura produtiva, renda e consumo, o que as coloca no padrão convergente.

Cabe contudo observar que em São Paulo e no Rio de Janeiro, a *posição melhor na estrutura produtiva* é acompanhada pela da *renda*, em ligeiro detrimento pela do *consumo*. Já em Porto Alegre e Curitiba, é o *setor de renda* que mostra certa superioridade.

Identificam-se, assim, diferenciações internas, a nível de lugar, numa dimensão espacial mais ampla, como é a da Escala da Metropolização. Explicações a respeito dessas diferenciações devem envolver o estudo das condições específicas de cada centro, históricas, econômicas, políticas, culturais. Apenas para exemplificar, vale adiantar que nas metrópoles do Sul a pequena prevalência da renda deve relacionar-se ao caráter mais recente do desenvolvimento industrial, sobretudo na capital do Paraná. Além disso, tanto Porto Alegre quanto Curitiba estariam refletindo um padrão regional de distribuição mais equitativa da renda, conforme anteriormente salientado.

Já com respeito a Brasília, alocada em padrão divergente, o *setor da renda* é francamente dominante, o que pode ser atribuído ao caráter da cidade e à sua evolução recente;

b) a *posição melhor em renda* envolve também diferentes *continuum* de centros, a que devem corresponder diferentes modos de inserção na economia dominante. De imediato, pode-se notar que tal estrutura se caracteriza a partir das *situações intermediárias*, marcando nítida oposição com as unidades de regiões mais pobres, onde não comparece.

Um primeiro *continuum* se refere, seguramente, a centros com funções especializadas, que desempenham sobremaneira o papel de

enclave, dada a relativa autonomia das atividades dominantes face ao contexto regional imediato.

O caráter de enclave pode ser focalizado através do próprio privilégio da *posição da renda* na inter-relação com os setores da estrutura produtiva e do consumo. Significa dizer que, de um lado, a especialização se refletiu certamente na relativa limitação do setor produtivo. No que tange à indústria, por exemplo, esta se restringe a um ou poucos ramos, enquanto o terciário aí existente se vincula basicamente ao processo de trabalho, envolvendo dissociações entre trabalho intelectual e trabalho manual (Lipietz, 1980). Paralelamente, porém, essa especialização induz à elevação da remuneração do emprego qualificado, que se reflete na posição mais elevada do setor da renda.

De caráter eminentemente concentracionista, tais condições não contribuíram para o desenvolvimento do setor consumo que em certos centros acusou *situação precária*. Exemplos expressivos se encontram em unidades dedicadas ao extrativismo mineral, principalmente Macapá, ou à grande siderurgia, como Ipatinga. A posição do consumo nestes centros pode ser, pois, tomada como *proxy* de uma estrutura de concentração da renda.

Ao contrário de núcleos que praticamente surgiram e se mantêm com setores especializados, Manaus representa uma cidade na qual uma política de crescimento industrial e comercial veio superpor-se a atividades tradicionais, que tendem a desaparecer. Tal “modernização” explica, de certo, a *situação intermediária 3* na estrutura produtiva e principalmente a *situação favorável 1* na renda. Mas, do mesmo modo, a *situação precária* no consumo é reveladora do caráter concentracionista derivado do crescimento econômico da cidade. Com tais características, a

implantação da Zona Franca em Manaus leva a distingui-la como enclave.

O tipo de centros enclave envolve, de um lado, sua localização dispersa, vinculados que são a fatores diferenciados: a proximidade da matéria-prima em Criciúma, Macapá ou Ipatinga; a atividade portuária em Paranaguá; a instituição do comércio livre e de indústrias sofisticadas no interior do Amazonas.

Mas a esse *continuum* podem ser acrescentadas Brasília e Barra Mansa — Volta Redonda, que representam um nível superior do centro enclave, ambas em situações gerais favoráveis. Com efeito, tanto a implantação da capital do País, quanto o desenvolvimento da aglomeração fluminense se originaram de políticas extra-regionais, adquirindo, posteriormente, um crescimento urbano espontâneo.

Levando também em conta o processo de integração crescente de antigas cidades à economia da metropolização, é válido incluir nesse mesmo *continuum* centros que têm sofrido profunda alteração em funções tradicionais, passando a caracterizar-se, sobretudo, por especializações criadas em torno da indústria. Trata-se de São José dos Campos e de Caxias do Sul, que passaram a ter uma esfera de ação extra-regional, na medida em que se integram à divisão do trabalho derivada da metropolização. Reconhece-se, portanto, nestes centros, uma dinâmica diferente da que presidiu o desenvolvimento da aglomeração de Barra Mansa — Volta Redonda, por exemplo, a qual, embora vinculada à metrópole do Rio de Janeiro, foi criada pela iniciativa federal.

A posição inferior do setor consumo nas unidades deste modo integradas à economia metropolitana é apenas relativa e não se define pois como indicador *proxy* de

concentração da renda. Reporta-se muito mais à facilidade de acesso aos bens e serviços do pólo principal, podendo tornar antieconômico o desenvolvimento de deter-

minados setores nos centros em questão.

Conseqüentemente, o referido *continuum* pode ser assim representado:



A prevalência do setor da renda, embora de maneira muito menos acentuada, manifesta-se ainda em unidades urbanas situadas em regiões novas ou de recuperação recente, como o Centro-Oeste, e também no Sul do País. Na maior parte, trata-se de centros que exercem a função de capital estadual. A posição da renda pode derivar de uma estruturação relativamente incipiente do setor produtivo e do consumo, no que se revela o caráter igualmente incipiente de algumas concentrações urbanas, em particular a de Goiânia. É aqui que se pode estabelecer uma ponte entre Brasília, alocada num outro *continuum* de centros, e as mencionadas unidades urbanas. Uma outra ponte é reconhecida entre Caxias do Sul e Porto Alegre, refletindo, como se viu, uma distribuição regional mais equitativa do ingresso;

c) a forma de urbanização que se refere à *melhor posição no consumo* também envolve diferentes grupos de centros. De fato, aí estão compreendidos desde aqueles caracterizados por funções regionais tradicionais, que são os dominantes, até centros mais diretamente integrados à metropolização. Permeando as três categorias

de *situações — precárias, intermediárias e favoráveis* —, tal forma de urbanização predomina no universo urbano considerado, envolvendo 26 num conjunto de 90 unidades. O acréscimo de centros que se reportam à conjugação entre *melhor posição no consumo* e *melhor posição na estrutura produtiva* e *na renda* eleva aquele total para 46 unidades.

Esse enfoque mais abrangente das formas de urbanização com destaque no setor consumo revela de imediato que a prevalência do referido setor implica vários significados. Não caberia, portanto, a visão de uma oposição simplista entre produção e consumo no Território Nacional, conforme a superioridade de um ou outro setor no contexto urbano do País. Procura-se, assim, negar a idéia de fenômenos urbanos isolados, bem como a independência do consumo em relação à produção.

Mas, de um lado, é preciso reconhecer que o setor produtivo de cidades que desempenham primordialmente o papel de lugar central em regiões agrícolas não recebeu impulso de crescimento econômico capitalista equivalente ao das grandes aglomerações. Reafirma-se, assim, que a reprodução das re-

lações dominantes de produção, referentes ao capitalismo industrial, se fez principalmente em certas partes do sistema urbano.

Neste sentido, cabe salientar que, mesmo no Estado de São Paulo, são, sobretudo, caracterizados principalmente por funções regionais que exibem *melhor posição no consumo*, a exemplo de São José do Rio Preto, Marília ou Araçatuba. Mas o nível superior dessa forma de urbanização envolve unidades que já integram mais diretamente a metropolização, como Piracicaba, Limeira, Rio Claro (escala de metropolização), Araraquara e Ribeirão Preto (escala de tangenciamento à metropolização).

Duas hipóteses podem ser consideradas. Em primeiro lugar, supõe-se que centros mais integrados à metropolização devem participar também das relações dominantes da produção. Essas características se fazem particularmente marcantes nas aglomerações que conjugam *melhor posição em consumo e em renda*, como Americana, Sorocaba, ou Jundiá e que apresentam importante atividade industrial. Efeitos da polarização metropolitana de São Paulo manifestam-se de certo na menor diversificação da base econômica das referidas cidades, implicando posição relativamente inferior da estrutura produtiva face à dos demais setores. Uma segunda hipótese é de que nos centros alocados na “escala das funções regionais” essa forma de urbanização corresponde ainda a um processo de separação relativa do consumo em relação à produção. Em outras palavras, tais unidades urbanas se caracterizariam sobretudo como locais de consumo, enquanto as atividades produtivas principais estariam no campo.

O privilégio relativo do setor consumo em centros predominantemente regionais pode resultar em grande parte da presença de serviços de infra-estrutura quase sempre legados de fases passadas das cidades. Tais características referem-se sobretudo a centros com posições inferiorizadas na renda, a exemplo de Cachoeiro de Itapemirim, Uberaba, Bagé e outros.

Já nas unidades urbanas em que a renda se mostrou relativamente melhor haveria maior possibilidade de aquisição de duráveis e maior disponibilidade de recursos para inversão na infra-estrutura física. Incluem-se aí São José do Rio Preto ou Poços de Caldas, que, sob determinadas proporções, reproduzem condições presentes em centros mais integrados à metropolização de São Paulo, como Piracicaba, Limeira e outros.

A *posição melhor no consumo* pode ser atribuída também a uma pressão demográfica inferior à das grandes concentrações urbanas. De fato, a migração não se mostrou tão importante quanto nas áreas metropolitanas, o que se refletiu num crescimento quase sempre moderado ou menor do que a média nacional nos referidos centros.

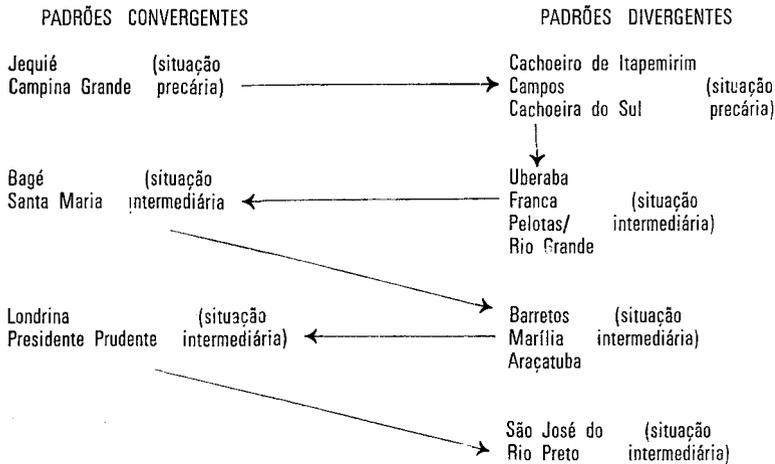
Mas, cabe ainda considerar outros aspectos da urbanização com *posição melhor no consumo*. Assim, em Caruaru, por exemplo, tal posição está certamente vinculada à proximidade geográfica do Recife. De fato, a difusão do uso de certos bens duráveis mostrou grande relação com a menor distância à metrópole. A proximidade do pólo metropolitano se constituiria em fator de modificações nas funções tradicionais destes

centros, tornando-os mais propensos a integrarem-se na metropolização (escala de tangenciamento), ainda que naquela de regiões economicamente atrasadas. Supõe-se, assim, que no caso de Caruaru, uma das vias de integração se faria precisamente pela mediação de certas formas de consumo. Significa dizer que a cidade em questão já não seria simplesmente um centro regional tradicional, a exemplo de Campos ou Cachoeira do Sul.

Como já houve oportunidade de mencionar, a dominância da forma de urbanização com *melhor posição no consumo* refere-se a cidades basicamente caracterizadas pelas funções regionais. Neste

sentido, podem ser acrescentados aglomerados que também são centros regionais, mas que associam *melhor posição em consumo* e em *estrutura produtiva*, como Londrina e Presidente Prudente. Localizados na grande área de influência de São Paulo, o considerável distanciamento da polarização principal explicaria uma dificuldade maior de acesso aos bens e serviços da metrópole e a posição relativamente mais equilibrada entre os setores.

Deste modo, a ilustração do *continuum* mais expressivo da *posição melhor no consumo* também inclui os centros referidos acima.



Deixaram assim de figurar nesse *continuum* unidades urbanas que apresentam composição similar dos setores mas que não pertencem à escala das funções regionais.

Já se fez menção a Caruaru e a aglomerações do Estado de São Paulo. A estes cabe acrescentar Nova Friburgo e Guaratinguetá, vinculados, respectivamente, à me-

tropolização do Rio de Janeiro e de São Paulo. O mesmo processo pode ser reconhecido em outros centros, como Teresópolis, Divinópolis ou Sete Lagoas, nos quais a posição melhor no consumo se faz acompanhar pela da estrutura produtiva. Tal prevalência dos dois setores se refere, na maior parte, a posições pouco expressivas, refletindo de certo modo a fragili-

dade da atuação do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte sobre as respectivas regiões. A rigor cabe ainda considerar que a posição do consumo em Teresópolis e Nova Friburgo deve ser atribuída também à função de veraneio e lazer, subordinando-se, assim, a interesses de uma população flutuante;

d) por fim, cabe menção a centros incluídos nos padrões convergentes e que apresentam uniformidade mais acentuada nas posições da estrutura produtiva, renda e consumo. Já antes se fez referência à primazia do Nordeste nesse particular, o que se traduz numa presença majoritária de unidades nas *situações precárias* e também na *situação intermediária 1*. Com efeito, metrópoles e capitais não metropolitanas aí alocadas representam apenas um ligeiro degrau acima no padrão dominante, cuja indiferenciação se relaciona, de certo, à própria fragilidade da economia regional.

No extremo oposto tem-se os centros que representam a culminância do sistema urbano analisado, dado o equilíbrio alcançado nos três setores, em *situações favoráveis 3*. Trata-se das aglomerações de Santos e Campinas, que compõem o tecido da escala de metropolização de São Paulo. Nelas se conjugam o processo de desconcentração de estabelecimentos e empresas industriais a partir da metrópole e o desenvolvimento de atividades, que complementam o terciário superior da capital.

Já a uniformidade dos setores de estrutura produtiva, renda e consumo em Blumenau, na *situação favorável 1*, deriva de sua condição de cidade industrializada com funções terciárias importantes para o vale do Itajaí. Mas ao mesmo tempo deve ser considerada a fraca pressão demográfica que a caracterizou na década de 60, por uma participação pouco expressiva da migração. Recordada

se aqui que Blumenau foi classificada nas categorias de baixo ingresso de migrantes e alta capacidade de retenção, classificação essa assumida como possível indício de certa falta de dinamismo na cidade no período 60/70.

3.2 — Os centros urbanos e a idéia de movimento

As considerações acima levaram a constatar que unidades urbanas com posições semelhantes nos setores estudados podem no entanto corresponder a diferentes modos de inserção dos centros na economia urbano-capitalista do País. Por sua vez, como se viu, o papel da migração contribui para diferenciar centros que apresentam composição semelhante de setores.

Mais um elemento a considerar na caracterização dos centros urbanos como indicadores geográficos diz respeito à idéia de movimento que devem envolver. As implicações de tal idéia são de que os centros não compreendem condições estáticas e de que podem apontar para tendências da organização social:

a) no tocante às condições não estáticas dos centros, já se mencionou que os aglomerados podem mudar de posição ao longo do tempo, seja dentro do mesmo *continuum*, seja de um grupo para outro, ou de uma *situação* para outra. Essa mudança não implica necessariamente uma evolução linear de *situações* menos privilegiadas para as mais privilegiadas, valendo supor que ocorra involução ou estagnação.

O papel de condições estruturais ou conjunturais deve certamente ser levado em conta, nesse particular. A hipótese é de que as de natureza estrutural oferecem maior entrave a mudanças do que as de ordem conjuntural. Centros do tipo enclave e de localização isolada, por exemplo, corresponde-

riam a estruturas pouco propensas a modificações acentuadas. Já as grandes aglomerações urbanas, principalmente as áreas metropolitanas, estariam mais sujeitas a alterações conjunturais.

Com efeito, nas metrópoles do Nordeste, a *posição melhor na estrutura produtiva*, conforme se mencionou, deve ser atribuída a resultados da política de incentivos fiscais. Verifica-se, porém, que essa forma de urbanização no Recife e em Fortaleza implicou *situações* inferiores à de Salvador. Entende-se com isto que a política de centros de crescimento no Nordeste não redundou em desenvolvimento auto-sustentado, levando a salientar a influência de condições estruturais do próprio contexto regional, nesse particular. Vale, portanto, questionar até que ponto a evolução daquelas aglomerações estará na dependência da indução exógena de caráter oficial.

Não é, pois, por acaso que é a classe empresarial que lidera as denúncias contra a perda de prioridade da Região nos orçamentos federais⁸. Segundo dados de orçamento da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (SEST), as da esfera federal que atuam no Nordeste registraram uma queda de 4% em 1981 (excluindo os bancos), em oposição às do total do País, cujos recursos se ampliaram em 72%. Diversas informações comprovam do mesmo modo a referida perda de prioridade na política econômica nacional. Entre outras, vale menção à posição de sua mais importante entidade financeira, o Banco do Nordeste. Enquanto os recursos totais dos bancos federais acusaram crescimento de 51% em 1981, os daquele órgão tiveram um aumento inferior a 25%, o que significa uma redução de 18% em sua participa-

ção no total de recursos dos bancos federais.

Conclui-se, assim, que o desenvolvimento regional é um setor que foi suplantado nas prioridades do orçamento da União por objetivos de eficiência a nível nacional. Se em 1980 aquele setor detinha 14,0% dos recursos do Tesouro, decaiu para 12,5% na previsão para 1981.

Já na metrópole baiana, o porte do pólo petroquímico, também gerado pela esfera federal, e sua articulação com a indústria da região mais desenvolvida do País, faz pensar em efeitos multiplicadores, ainda que através da canalização de investimentos vindos de fora. Por sua vez, a concentração industrial de Belo Horizonte tem-se constituído em fator de atração para novos empreendimentos, como o automobilístico, segundo o modelo de desenvolvimento paulista.

Desta forma, a tendência à crescente diversificação fabril nas referidas aglomerações pode fazê-las evoluir do padrão divergente para o padrão convergente, na medida em que a inter-relação entre estrutura produtiva, renda e consumo se torne mais equilibrada;

b) é preciso porém levar em conta o papel que diversos fatores podem vir a exercer nessas perspectivas. De um lado, há que sublinhar a influência da migração. Com efeito, persistindo as tendências observadas no período 1960/70, a urbanização com *melhor posição na estrutura produtiva* e com *melhor posição na renda* deverá mais uma vez se constituir em fator principal de atração de imigrantes. Até que ponto tal afluxo vai provocar desequilíbrio entre os setores analisados nos respectivos centros é questão que as informações censi-

⁸ Fonte: O Nordeste está perdendo a prioridade nos orçamentos federais — MACEDO, Amarello, Presidente do Centro Industrial do Ceará — *Jornal do Brasil* — 26/2/81.

tárias de 1980 poderão certamente esclarecer.

Não obstante, a evidência atual de certos fenômenos desde logo se impõe. Assim, a expansão de favelas num centro como Campinas, que junto à aglomeração de Santos, gozou da posição mais privilegiada no universo urbano analisado, leva a crer que o equilíbrio dos três setores em 1970 tenha atualmente se rompido. Por outro lado, segundo notícias veiculadas pela imprensa, cidades do interior paulista, que foram identificadas com *posição melhor no consumo*, vêm-se constituindo em fator de atração crescente para certo tipo de migrantes. Efetivamente, trata-se de uma população com elevado padrão sócio-econômico, profissionais liberais, por exemplo, que aspiram a uma qualidade de vida superior, fora do congestionamento da metrópole. A *situação favorável* nos serviços de infraestrutura urbana, a par de um crescimento demográfico moderado, representa, assim, novo foco de polarização a contingentes específicos da população metropolitana.

Referindo-se à França, Lipietz (1980) assinala que esse tipo de migração cria possibilidades de desconcentração para setores do terciário superior ou do quaternário. Mas a implantação de tais setores fora do centro metropolitano, por sua vez, tem resultado na eliminação do terciário local e em bloqueio ao desenvolvimento industrial, o que provoca a saída da população jovem nativa, enquanto os empregos modernos são ocupados por gente de outros lugares. Significa dizer que um processo de desconcentração como este traz o risco de descaracterizar o contexto social das cidades, sacrificando poder e iniciativas locais. Por outro lado, uma população nova e freqüentemente transitória, que aúfere níveis elevados de

remuneração, tem possibilidade de ampla circulação e acesso à metrópole. Paralelamente, a necessidade de investir no desenvolvimento urbano desses centros se restringe, já que, não raro, a residência é apenas temporária. Elabora-se, assim, o processo de suburbanização de certas cidades.

Além da migração, cabe igualmente considerar o papel de crises econômicas e políticas, como as que o País vem atravessando e que se rebatem sobremaneira nas aglomerações metropolitanas, principal reduto da massa assalariada. Vale questionar sobre conseqüências do desemprego provocado pelo desaquecimento da indústria, seja nas relações intrametropolitanas, seja nas relações interurbanas. Vale também questionar até que ponto esses problemas vão contribuir para alterar a posição dos centros nas categorias até aqui analisadas.

Mais uma vez, pretende-se assim fixar a idéia de que os centros não correspondem a situações estancas, sem implicar necessariamente sentido de evolução linear, como antes se afirmou;

c) ainda nessa ordem de idéias, o indicador geográfico aponta para possibilidades de mudança, a partir de significados distintos que a *posição melhor* nos diferentes setores pode vir a expressar, em termos da dinâmica dos centros.

Nas *situações de precariedade*, o suposto é de que as unidades com *posição melhor no consumo* implicam perspectivas de maior estagnação do que aquelas com *posição melhor na estrutura produtiva*. Exemplos são encontrados em cidades de áreas deprimidas do Sudeste e do Sul, cuja superioridade relativa no consumo é em grande parte devida à presença

de uma infra-estrutura física herdada do passado. Cabe aqui hipotetizar a respeito do significado de um capital antigo e desvalorizado para a economia em geral.

A correlação acima comentada também se estende a centros alocados nas *situações intermediárias*. Assim, Salvador, Belo Horizonte e Vitória estariam oferecendo perspectivas mais dinâmicas do que os centros nos quais o consumo se mostrou relativamente superior.

Por sua vez, a *posição melhor na renda* envolve diferenciações no mesmo *continuum* de centros urbanos. Em alguns deles, o contraste com a *posição do consumo*, alocado em *situações de precariedade*, pode ser tomado como expressão de sérias distorções na distribuição da renda, conforme antes comentado. Trata-se, como se viu, de localizações geográficas isoladas, relacionadas a certas especializações, a exemplo de Manaus, Macapá ou Ipatinga, nos padrões muito divergentes.

A diferenciação entre renda e consumo é geralmente menos pronunciada em unidades do Centro-Sul. Tal diferenciação, que no entanto se manifesta ainda em padrões divergentes, na maior parte, tem certamente conexão com uma pressão demográfica intensa, como em Brasília ou São José dos Campos, ou com a prevalência da indústria na captação de serviços de infra-estrutura, o que ocorreria em Barra Mansa — Volta Redonda e em Caxias do Sul, mas de maneira mais acentuada em Criciúma.

Dentre esses centros, perspectivas mais dinâmicas devem apresentar aqueles que, embora também reconhecidos como enclaves, se encontram próximos a metrópoles. Neste sentido, possibilidades de crescimento econômico e so-

cial maior parecem corresponder a unidades que mostraram, a um tempo, *melhor posição em renda e em consumo*. Cabe aqui mencionar Americana, Sorocaba, Jundiaí, que gozam também de facilidades de acesso à metrópole paulistana;

d) por fim, o enfoque dos centros na idéia de movimento leva ainda a assinalar as mudanças que apresentam como dimensão espacial.

Os primeiros resultados censitários de 1980 traduzem claramente a forte acentuação da concentração espacial da população urbana. Com efeito, o quadro do crescimento demográfico na última década revela o rebatimento do espaço sobre a sociedade, na medida em que a concentração espacial anterior condicionou, em grande parte, a ampliação da mais recente.

Neste sentido, vale notar que, à exceção do Rio de Janeiro e do Recife, o intenso incremento populacional se refere ainda às áreas metropolitanas, às capitais estaduais e a centros industriais. Nas duas áreas metropolitanas citadas, cuja taxa de crescimento geométrico se situou, grosso modo, no nível do vegetativo, é preciso porém considerar os montantes absolutos envolvidos, respectivamente da ordem de 2 milhões e de 580 mil indivíduos.

Mas também deve ser levado em conta que o incremento populacional das unidades urbanas indicadas não se fez sempre dentro das mesmas proporções evidenciadas nos anos 60. De um lado, tem-se grandes concentrações que já deveriam alcançar certa estabilização, mas que apresentaram ainda importantes aumentos demográficos em 1970/80. Além de Brasília e Goiânia, citam-se os exemplos impressionantes de São Paulo

e Belo Horizonte, cabendo também menção a Natal, Vitória, São Luís ou Teresina e a aglomerações industrializadas, como Campinas, Jundiaí ou Ipatinga.

De outro lado, nota-se a retomada de incremento populacional de centros urbanos que exibiram crescimentos moderados ou baixos na década anterior. Incluem-se, neste caso, as capitais de Santa Catarina e Mato Grosso, a aglomeração de Taubaté e as cidades de Joinville e Blumenau, todas de expressão industrial, além de centros como Limeira ou Sete Lagoas, mais afetados pela proximidade da metrópole.

Poucas são, portanto, as aglomerações importantes que mostraram arrefecimento ou estabilização na dinâmica da população. Já se fez menção ao Rio de Janeiro e Recife, mas, também, cabe referência a Porto Alegre e João Pessoa, situadas, porém, acima da faixa de crescimento vegetativo.

Mas o intenso incremento populacional também se refere a centros regionais que caracterizam determinadas posições geográficas. De um lado, cabe apontar aqueles que se constituem, antes de tudo, em pontos de contato específico com o mundo rural, através da comercialização e beneficiamento da produção agrícola e que passaram a abrigar indústrias de caráter extra-regional. Servem de exemplos Uberlândia, Uberaba ou Montes Claros. De outro lado, cabe menção a centros cuja expansão populacional se deve a uma posição na retaguarda ou junto à expansão de frentes pioneiras. Fala-se aqui tanto de Campo Grande como de Cuiabá, tanto de Macapá, quanto de Imperatriz ou de Conceição do Araguaia.

O quadro do crescimento populacional entre 1970 e 1980 expressa um considerável aumento da quantidade de concentrações ter-

ritoriais de grande porte, como demonstram os valores a seguir:

Quadro 4

Evolução do número de unidades territoriais, por faixas populacionais — 1970-1980

FAIXAS POPULACIONAIS	UNIDADES TERRITORIAIS (1)	
	1970	1980
Menos de 100 000.....	30	—
100 000 a menos de 200 000..	42	54
200 000 a menos de 300 000...	11	17
300 000 a menos de 450 000...	6	11
450 000 a menos de 600 000...	3	5
600 000 a menos de 800 000...	2	2
800 000 a menos de 1000 000..	1	3
1000 000 e mais.....	7	10

FONTE — Resultados Preliminares do Censo Demográfico, 1980. População Recenseada.

(1) Áreas metropolitanas, aglomerações urbanas abaixo dessa categoria; Municípios com mais de 100 000 mil habitantes em 1980, não incluídos naquelas estruturas

Esses quantitativos implicam certamente tanto em alterações nas dimensões espaciais anteriores, quanto na sua reprodução de que certamente não estão dissociadas mudanças de estrutura.

Valores absolutos revelam, por exemplo, o gigantismo atingido pelo crescimento da capital paulista com população superior a 8 milhões, e o de sua área metropolitana, com mais de 12 milhões de habitantes, implicando acréscimo absoluto de cerca de 4 milhões e meio de indivíduos no período 70/80. Mas essa concentração alcança, de fato, uma dimensão muito maior, quando a ela se agregam aglomerações do “em torno” da metrópole. Efetivamente, Santos e Campinas apresentaram em 1980 população na faixa dos 900 mil habitantes. A adição de tais montantes, mais os de Jundiaí, Sorocaba e São José dos Campos, para citar apenas os de maior dimensão, eleva o número de pessoas

do espaço da metropolização para cerca de 15,5 milhões, ou seja, 62% do total da população do Estado.

Contudo, a imagem de um agregado ou de uma escala de metropolização que comporta diferentes tipos de concentração urbana — áreas metropolitanas, aglomerações urbanas diversas e cidades — estaria afinal correspondendo à configuração já definida em 1970.

As alterações decorrentes da grande expansão demográfica da concentração paulistana, tomada particularmente como exemplo, manifestam-se, seguramente, na maior coalescência do tecido urbano, de um ponto de vista formal. Se essa tendência a uma conurbação gigantesca representa apenas uma forte acentuação de condições anteriores ou mudanças mais profundas de estrutura é questão que merece análise especial.

Desde logo é válido, porém, adiantar que transformações sociais e econômicas devem seguramente se operar nos centros aí envolvidos. Parece suficiente frisar que o grande crescimento populacional pode ser relacionado à dinâmica da acumulação do capital, articulada à intensificação da circulação. Como dizem P. V. da Cunha e M. O. Smolka (1980), “o preço de uma localização tende a ser dado pela redução propícia nos custos de transporte. Mas esta é apenas uma das vantagens locais. Fundamentalmente, tais vantagens derivam de diferenças no tempo de circulação de mercadorias, inclusive da mercadoria força de trabalho”.

Essas condições encontram maior expressão no esforço formado pela área metropolitana de São Paulo e centros do seu “em torno”. De fato, é no referido espaço que têm lugar os avanços tecnológicos mais importantes, seja no setor transportes, seja em

outros setores onde os investimentos procuram se assegurar de produtividade elevada. É também nesse espaço que têm lugar as condições mais propícias à reprodução do excedente socialmente produzido, visto que a intensificação de tal reprodução apresenta relação direta com o grau de complexidade atingido pelas diferentes atividades.

Neste sentido, cabe salientar que a “escala da metropolização” em São Paulo envolve um espaço relativamente homogêneo com respeito ao movimento do capital. Esse espaço caracteriza-se por uma estrutura muito complexa, que atinge o nível máximo na metrópole. Os demais centros urbanos articulam-se com a dinâmica do pólo principal através de complementaridades desenvolvidas na indústria e no terciário, que se expressam em graus de especialização e de diversificação, variáveis no tempo. Acentuam-se, assim, processos de satelitização e de suburbanização que remodelam o contexto urbano de antigas cidades, concebidas, em certos casos, como centros enclaves.

Tais condições se constituem em fator de intensificação da circulação de contingentes populacionais diferenciados. Uma hipótese é de que a mobilidade que se caracteriza na região envolve tanto um “circuito superior” de migrantes, quanto um “circuito inferior”. O primeiro circuito diz respeito ao afluxo de profissionais liberais, técnicos, empresários e outros representantes de categorias ocupacionais de maior qualificação, que se deslocam de suas origens para o mercado de trabalho mais diversificado do País.

O segundo circuito se define por pessoal menos experimentado, que procede geralmente de regiões afetadas por grandes transformações no setor agrário, não só do Estado, como de outras unidades da Fede-

ração. Em função do vulto dessas transformações, centros urbanos da escala da metropolização, na medida em que se integram com a economia do núcleo principal, passam do mesmo modo a captar os efeitos das alterações de amplas extensões do mundo rural. O grande crescimento demográfico que muitos deles registraram entre 1970 e 1980 pode em grande parte ser atribuído a essa dinâmica. De fato, centros como Americana, Limeira, Sorocaba ou Taubaté acusaram aumento populacional mais pronunciado do que na década anterior. Para eles se dirigem correntes migratórias, deslocadas não só de antigas atividades agrárias, como de cidades integradas nessas mesmas estruturas.

Rebatem-se, assim, na escala da metropolização os efeitos do movimento do capital em outras escalas da urbanização. Sua penetração no campo determina a reestruturação de atividades agrárias e o êxodo rural e urbano da população. Criam-se, deste modo, congestionamentos no espaço da metropolização que deveriam repercutir desfavoravelmente na circulação do capital.

A relação entre crescimento da dimensão espacial e mudança de estrutura pode ser também pensada para outros tipos de aglomerações urbanas, que apresentaram grande incremento populacional no último período censitário. De fato, resultados do Censo Demográfico de 1980 evidenciaram a multiplicação de unidades de considerável tamanho: na faixa dos 400.000 a meio milhão de habitantes estão Pelotas — Rio Grande, São José dos Campos, Teresina, Natal, João Pessoa, São Luís.

Mudanças de estrutura também podem ser avaliadas através da dinâmica das relações desenvolvidas pelos diferentes centros. Ainda que as interpretações se baseiem essencialmente em supostos, há que distinguir unidades urbanas

cujo crescimento deve envolver um desvinculamento progressivo dos respectivos contextos regionais e uma integração maior com a metropolização. Exemplos significativos são os de Ribeirão Preto, Joinville, Blumenau, classificados numa “escala de tangenciamento à metropolização”.

No Nordeste, porém, a hipótese é de que o crescimento de centros que foram igualmente incluídos na mesma escala, particularmente as capitais, pode, ao contrário, repercutir num desenvolvimento de relações com a região, mediante o reforço da infra-estrutura de serviços públicos e sociais. Mas, de outro lado, o crescimento acentuado dos referidos centros envolve cada vez mais a consolidação da primazia urbana, a partir da intensificação das migrações internas de percursos curto e médio.

Além disso, há que distinguir também unidades urbanas incluídas na “escala das funções regionais”, cujo acentuado crescimento populacional pode ser atribuído ao desenvolvimento de determinadas relações com a região, opondo-se a grande parte dos centros regionais, que mostraram fraco incremento demográfico. Trata-se, particularmente, de aglomerados que marcam, em geral, uma linha de interiorização no País.

Mais uma vez se faz necessário registrar o papel de certas posições geográficas que podem ser caracterizadas como pontos de intermediação. Dado seu caráter de centro subsidiado na área da Sudeste, Montes Claros, por exemplo, vem apresentando articulações crescentes com a economia metropolitana, em função das indústrias extra-regionais que aí se tem implantado. Sob esse mesmo enfoque também devem ser considerados Uberlândia e Uberaba, graças ao complexo químico do Triângulo Mineiro, que, por sua vez, acentua

novas ligações com a região, através dos insumos que absorve.

Em outros centros, o contato com o mundo rural se caracteriza mais nitidamente, dada sua relação com o avanço das chamadas frentes pioneiras e com a expansão da rede viária. Não se trata apenas dos que cresceram extraordinariamente junto ao avanço daquelas frentes e que foram incluídos na "escala da fronteira de recursos". Trata-se também de centros da "escala das funções regionais", cujo intenso aumento populacional nos anos 70 deve ser atribuído, em grande parte, à sua posição na retaguarda da expansão da fronteira econômica interna do País, a exemplo de certas capitais, como Cuiabá, Teresina, São Luís e até mesmo Belém.

4 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar os resultados obtidos no trabalho, uma primeira observação diz respeito à aplicação estatística que os centros urbanos analisados como indicadores geográficos podem oferecer. Efetivamente, além da base individual que fornecem para aquele fim, as unidades de espaço em questão se prestam à caracterização de agregados de particular utilidade para determinados levantamentos, tipo PNAD ou ENDEF. Tais agregados podem compreender seja o agrupamento de centros nas diferentes categorias de *situações (precárias, intermediárias, favoráveis)*, seja o agrupamento referente à conjugação deste enfoque com o da "posição melhor" nos diferentes itens examinados, isto é, estrutura produtiva, renda e consumo, e suas combinações.

Considera-se, assim, que se trata de conjuntos socialmente significativos, que, em certos casos, podem substituir os agregados formados por todas as áreas metropolitanas ou por todos os chamados centros de porte médio do País, entre outros.

Um segundo ponto refere-se a características econômicas e sociais que os níveis de espaço analisados podem oferecer e que necessariamente escapam da visão proporcionada por uma escala macro.

Do ponto de vista do desempenho agregado da economia, o desenvolvimento do capitalismo no País alcançou, sem dúvida, considerável êxito. Com efeito, o nível de industrialização atingido alinha o Brasil entre as dez potências mundiais, no tocante ao PIB, ocupando o 8.º lugar entre as nações do Ocidente. Quanto aos frutos sociais desse desempenho, o País se situa num 54.º lugar entre 141 nações, o que denuncia acentuada iniquidade de condições de vida⁹.

A nível das dimensões geográficas analisadas ficou patenteado que o processo de acumulação capitalista implicou maior concentração econômica do que populacional. De fato, no Brasil, ao contrário de outras nações latino-americanas, a distribuição de habitantes urbanos envolve certo número de grandes aglomerações, que compreendem não só diversas áreas metropolitanas, como unidades abaixo dessa categoria.

Recorrendo a um artigo de Robert W. Fox (Celade, 1977), Carlos A. de Mattos (1979) mostra que, em 1970, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro reuniram cerca de 8,4 e 7,4% da população total do País, enquanto a Grande Buenos Aires acusava 35,3%, Santiago

⁹ Fonte: O Globo — 25/11/81 — Centro de Investigação sobre Prioridades Mundiais (Washington-USA).

32,3% e Lima-Callao 24,5% dos respectivos totais nacionais. No tocante à percentagem do produto interno bruto industrial, verifica-se que, segundo o mesmo autor, as discrepâncias entre um e outro nível de concentração apresentavam-se mais acentuadas no Brasil. Efetivamente, em São Paulo, reunia-se quase 56% daquele produto (1969), o que equiparava o núcleo paulistano às capitais do Peru (1965) e do Chile (1970), enquanto Buenos Aires alcançava cerca de 73% (1965).

Contudo, é preciso assinalar que os percentuais acima indicados a respeito das populações de São Paulo e Rio de Janeiro não devem corresponder aos quantitativos das respectivas áreas metropolitanas. Mesmo assim, cada qual, individualmente, estaria em posição inferior à dos demais centros mencionados. Considerando, porém, como um vasto conjunto o espaço urbanizado constituído pelo eixo São Paulo-Rio de Janeiro e pelo "em torno" da metrópole paulistana, tem-se, igualmente, uma considerável concentração populacional no Brasil.

As dimensões espaciais analisadas fornecem, assim, elementos para apurar diferenciações da organização social e econômica do País, nas quais a visão macroeconômica não se detém. A esse propósito cabe também apontar, ainda que resumidamente, para características que essas dimensões revelam:

a) o grau de concentração de recursos alcançados, seja quando se considera o nível metropolitano, seja quando se considera o nível de um agregado urbano mais extenso ou o nível regional, responde, inegavelmente, ao pressuposto que diz respeito à alocação espacial particularmente seletiva do capital constante em países de desenvolvimento desigual.

Com efeito, a concentração mais importante do poder econômico tem lugar na região Sudeste. Centros que figuram na categoria das *situações favoráveis* correspondem basicamente ao amplo espaço urbano do eixo São Paulo-Rio de Janeiro referido em parágrafo anterior. O nível das dimensões geográficas analisadas permite, porém, distinguir diferenciações no âmbito da região de maior concentração urbano-industrial. Já se fez referência à posição inferior de Belo Horizonte (*situação intermediária*), com respeito à das metrópoles nacionais. Mas ainda há a acrescentar que essa concentração regional envolve não só grandes aglomerações urbanas como centros com maior ou menor especialização na produção. Também aqui se distinguem diferenças nas categorias de *situações* entre os que se relacionam ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro e os que se encontram no território mineiro, estes em posições inferiores.

Pode-se assinalar que as características espaciais apontadas são expressão do desenvolvimento diferenciado da produção, que tem lugar na região de maior concentração urbano-industrial.

Essa concentração assume, porém, caráter mais complexo, na medida em que se considera que seu desdobramento envolve a escala do Centro-Sul. De fato, metrópoles e cidades da região meridional do País, que correspondem igualmente a importante segmento da urbanização e a especializações na indústria, expressam também maximização relativa de determinadas vantagens locais. Por sua vez, o centro político nacional, que é a Capital da República, pode, do mesmo modo, ser tomado como complementaridade ou extensão do pólo de maior concentração econômica, social e espacial;

b) os resultados obtidos evidenciaram também o papel dos movimentos migratórios no crescimento das grandes concentrações urbanas do País. Efetivamente, o desenvolvimento desigual do capitalismo no Território Nacional e as transformações sociais e econômicas que têm provocado respondem certamente pela redistribuição geográfica da população. O deslocamento da força de trabalho apresentou como destino principal os maiores centros urbanos do País. Mas o procedimento adotado na análise da participação de migrantes no conjunto de aglomerações em estudo permitiu caracterizá-las segundo a possibilidade de atração e de retenção daqueles contingentes populacionais. Neste sentido, constatou-se que tais atributos mais uma vez confirmaram a hegemonia dos centros urbanos das regiões mais desenvolvidas, pois apenas nessas unidades houve compatibilização entre uma e outra capacitação. Com efeito, fora do conjunto Sudeste-Sul, acrescido de Brasília, pôde ser observado que as demais regiões exibiram geralmente baixas possibilidades de absorção de migrantes, fato esse agravado em aglomerações que acusaram elevados níveis de atração. De outro lado, constatou-se igualmente que em 1970 o afluxo populacional para as metrópoles das regiões mais desenvolvidas do País não afetou sua alocação na categoria das *situações favoráveis*, particularmente no tocante à estrutura produtiva e à renda. A posição mais privilegiada destes setores foi portanto considerada como fator primordial de afluxo e retenção de migrantes. Já em centros especializados do tipo enclave, como Ipatinga, Criciúma ou Macapá, de base econômica necessariamente menos diversificada, foi sobretudo a renda que representou o papel de atração, nem sempre implicando igual capacidade de absorção.

Essas considerações levam a constatar que efeitos da pressão migratória nos centros de maior importância urbana e/ou industrial se manifestaram mais negativamente no setor consumo, em 1970;

c) igualmente se evidenciou a estratificação do consumo, decorrente da acentuada polarização econômica que se constituiu no sistema urbano. De fato, os centros em *situação favorável* nesse setor se encontram nas áreas de maior expressão urbano-industrial, particularmente no Estado de São Paulo.

Contudo, as unidades que correspondem à base mais importante da produção capitalista e que se constituem nos principais focos do afluxo de excedentes e de realização de considerável fração do consumo apresentaram no setor *consumo* posição inferior à dos setores de *estrutura produtiva e renda*. É o que ocorre nas metrópoles alocadas na categoria das *situações favoráveis*, vale dizer, São Paulo e Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, mas principalmente Brasília. Como foi anteriormente mencionado, tal posicionamento deve ser sobretudo atribuído a condições dos serviços de infraestrutura, particularmente afetados pela pressão demográfica.

Por sua vez, centros especializados e relativamente isolados geograficamente, os quais correspondem em grande parte a manifestações punctiformes de reprodução do capital tecnológico, apresentaram a posição do *setor consumo* acentuadamente discrepante com relação à posição do *setor renda*, chegando mesmo a figurar em *situações de precariedade*. Em trecho anterior do trabalho, mencionou-se que tais características parecem relacionar-se a condições de grande concentração do ingresso.

Deste modo, unidades urbanas das *situações favoráveis* que apresentaram posição superior no *setor consumo* face à dos demais setores, são aquelas que em 1970 registraram, de maneira geral, afluxo menor de migrantes. A maioria esmagadora de cidades do Estado de São Paulo incluída nestas características permite distinguir um "padrão paulista" no sistema urbano em estudo. Citam-se os exemplos de Limeira, Piracicaba, Araraquara, Ribeirão Preto e outras.

Mas no conjunto urbano analisado constatou-se que as aglomerações de Campinas e Santos representaram os centros mais privilegiados. Essa posição, configu-

rada na alocação eqüitativa dos setores de *estrutura produtiva, renda e consumo* na *situação favorável* 3, diz respeito a uma conjuntura específica de pressão populacional relativamente mais baixa e de menor congestionamento econômico, ou melhor, de menor dimensão dos efeitos de "deseconomias", em 1970.

Com as colocações acima, pensa-se ter logrado uma caracterização dos setores urbanos analisados como indicadores geográficos. Desnecessário dizer que não se alimentou a pretensão de esgotar o assunto. Os resultados obtidos permitiram, porém, sublinhar certos pontos e conduzir ao levantamento de novas questões.

BIBLIOGRAFIA

- DAVIDOVICH, Fany e LIMA, Olga M. Buarque de — Contribuição ao Estudo de Aglomerações Urbanas no Brasil, *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, ano 37, n.º 1, jan./mar., 1975, p. 50-84.
- DAVIDOVICH, Fany — Escalas de Urbanização: Uma Perspectiva Geográfica do Sistema Urbano Brasileiro, *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, ano 40, jan./mar., 1978, p. 51-82.
- LIPIETZ, Alain — Polarisation Interrégionale et Tertiarisation de la Société, *L'Espace Géographique* n.º 1, 1980, p. 33-42.
- LOJKINE, Jean — *Le Marxisme, L'état et la question urbaine*, Presses Universitaires de France, Paris, 1977, 362 p.
- MATTOS, Carlos Antonio de — Crescimento y Concentracion Espacial em America Latina: Algumas Consequencias, *Revista Latinoamericana de Estudos Urbano Regionais*, 6 (16), oct. 1979, pp. 9-21.
- MEDAM, Alain — *Conscience de la Ville*, Anthropos, Paris, 1976.
- MINGIONE, Enzo — Theoretical Elements for a Marxist Analysis of Urban Development, in *Captive Cities*, org. por Michael Harloe, John Wiley & Sons, Londres, 1977, p. 89-109.
- OLIVEIRA, Francisco de — *Elegia para Re(li)gião*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, 132 p.
- TOPALOV, Christian — *La Urbanization Capitalista Algunos Elementos para su Análises*, coleccion DISEÑO: Ruptura y Alternativas, Edicol, México, 1978.
- CUNHA, Paulo Vieira da e SMOLKA, Martim O. — Notas Críticas sobre a Relação entre Rendias Fundiárias e o Uso do Solo Urbano. *Estudos CEBRAP* n.º 27, São Paulo, 1980, p. 25-55.

ANEXO I

UNIDADES DE OBSERVAÇÃO ESTUDADAS

Aglomerações urbanas em municípios com cidades de 50 mil ou mais habitantes (Censo Demográfico, 1970, IBGE) não incluídos em aglomerações.

A — CATEGORIA METROPOLITANA

A.1. Áreas metropolitanas

a. de metrópoles nacionais

1. Área metropolitana de São Paulo (SE)
2. Área metropolitana do Rio de Janeiro (SE)

b. de metrópoles regionais

3. Área metropolitana de Belo Horizonte (SE)
4. Área metropolitana do Recife (NE)
5. Área metropolitana de Salvador (NE)
6. Área metropolitana de Porto Alegre (S)

A.2. Áreas metropolitanas incipientes

7. Área metropolitana de Curitiba (S)

8. Área metropolitana de Fortaleza (NE)

9. Área metropolitana de Belém (N)

10. Área metropolitana de Goiânia (CO)

11. Área metropolitana de Brasília (CO)

A.3. Aglomerações submetropolitanas

12. Aglomeração de Santos (SE)

13. Aglomeração de Campinas (SE)

B — AGLOMERAÇÕES ABAIXO DO NÍVEL METROPOLITANO

B.1. Aglomerações com uma cidade central

14. Aglomeração de Vitória (SE)

15. Aglomeração de João Pessoa (NE)

16. Aglomeração de São Luís (NE)

17. Aglomeração de Natal (NE)

18. Aglomeração de Teresina (NE)

19. Aglomeração de Florianópolis (S)
20. Aglomeração de Sorocaba (SE)
21. Aglomeração de Jundiá (SE)
22. Aglomeração de Aracaju (NE)

B.2. Aglomerações por processo de conurbação

23. Aglomeração de Barra Mansa—Volta Redonda (SE)
24. Aglomeração de São José dos Campos (SE)
25. Aglomeração de Guaratinguetá (SE)
26. Aglomeração de Taubaté (SE)
27. Aglomeração de Ipatinga (SE)
28. Aglomeração de Americana (SE)

B.3. Aglomerações de cidades geminadas

29. Aglomeração de Petrolina—Juazeiro (NE)

B.4. Aglomerações sem espaço urbanizado contínuo

30. Aglomeração de Itabuna—Ilhéus (NE)
31. Aglomeração de Pelotas—Rio Grande (S)
32. Aglomeração de Juazeiro do Norte—Crato (NE)

C — MUNICÍPIOS COM CIDADES DE 50 MIL OU MAIS HABITANTES NÃO INCLUIDOS EM AGLOMERAÇÕES

C.1. Municípios com cidades de 100 mil habitantes e mais

33. Manaus (N)
34. Maceió (NE)

35. Juiz de Fora (SE)
36. Ribeirão Preto (SE)
37. Campina Grande (NE)
38. Londrina (S)
39. Campos (SE)
40. Campo Grande (CO)
41. Feira de Santana (NE)
42. Piracicaba (SE)
43. Governador Valadares (SE)
44. Santa Maria (S)
45. Bauru (SE)
46. Uberlândia (SE)
47. São José do Rio Preto (SE)
48. Uberaba (SE)
49. Caxias do Sul (S)
50. Caruaru (NE)

C.2. Municípios com cidades de 50 mil a 99 mil habitantes

51. Ponta Grossa (S)
52. Presidente Prudente (SE)
53. Franca (SE)
54. Blumenau (S)
55. Araçatuba (SE)
56. Cuiabá (CO)
57. Araraquara (SE)
58. Vitória da Conquista (NE)
59. Lages (S)
60. Montes Claros (SE)
61. Joinvile (S)
62. Mossoró (NE)
63. Limeira (SE)
64. São Carlos (SE)
65. Marília (SE)
66. Divinópolis (SE)
67. Rio Claro (SE)
68. Passo Fundo (S)
69. Teófilo Otoni (SE)
70. Jequié (NE)
71. Sete Lagoas (SE)

- | | |
|----------------------------------|--------------------------|
| 72. Uruguaiana (S) | 81. Sobral (NE) |
| 73. Cachoeiro de Itapemirim (SE) | 82. Poços de Caldas (SE) |
| 74. Barbacena (SE) | 83. Maringá (S) |
| 75. Parnaíba (NE) | 84. Paranaguá (S) |
| 76. Bagé (S) | 85. Macapá (N) |
| 77. Itajaí (S) | 86. Tubarão (S) |
| 78. Alagoinhas (NE) | 87. Santarém (N) |
| 79. Teresópolis (SE) | 88. Criciúma (S) |
| 80. Barretos (SE) | 89. Cachoeira do Sul (S) |
| | 90. Nova Friburgo (SE) |

ANEXO II

A DEFINIÇÃO DOS INDICADORES

1 — ELEMENTOS DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA

A estrutura dos centros foi definida a partir da posição dos mesmos em três esferas: produção, renda e consumo.

1.1 — Padrões de renda

A classificação das aglomerações urbanas e municípios foi feita com base na dimensão da população economicamente ativa segundo grupos de rendimento mensal, utilizando dados do Censo Demográfico de 1970, IBGE.

Foram considerados os seguintes grupos de rendimento mensal:

Grupo A: até 200 cruzeiros — valores extremos: 33,1% e 85,8% da PEA

Grupo B: de 201 a 400 cruzeiros — valores extremos: 4,7% e 34,6%

Grupo C: de 401 a 1.000 cruzeiros — valores extremos: 3,0% e 26,9% da PEA

Grupo D: 1.001 e mais cruzeiros — valores extremos: 0,5% e 9,0% da PEA

A classe inicial de rendimento mensal (até 200 cruzeiros) corresponde, grosso modo, ao salário mínimo vigente em 1970.

a) situações de precariedade — as aglomerações e municípios que compõem este tipo são as unidades que apresentam maiores percentuais de PEA no grupo A e menores percentuais nos demais grupos de rendimento. Três subtipos foram identificados: de *situação precária 1*, caracterizada pela prevalência ampla, com percentagens em geral superiores a 71%, do grupo A e com valores inexpressivos nos demais grupos de rendimento, a *situação precária 3*, caracterizada por uma posição ligeiramente melhor no que concerne aos grupos de rendimento mais baixos (uma redução do grupo A e um aumento do grupo B).

b) situação intermediária — caracteriza-se, em geral, por uma melhoria na posição dos grupos B, C e D. Segundo a dimensão alcançada por estes grupos de rendimento, três subtipos foram identificados.

c) situações mais favoráveis — as aglomerações e municípios que compõem este tipo figuram entre as que apresentam maiores percentagens de PEA nos grupos B e C

e menores percentagens no grupo A. Três subtipos foram distinguidos.

1.2 — Padrões de consumo

Foram definidos a partir de quatro indicadores:

a) nível de instrução da população jovem — representado por apenas uma variável: percentagem da população de 12 a 14 anos com curso elementar completo.

As aglomerações urbanas e municípios foram agrupados em sete categorias, de acordo com seu afastamento em relação à média do conjunto estudado: situações precárias 1, 2 e 3; situação intermediária; situações favoráveis 1, 2 e 3.

b) estrutura etária — variável utilizada: percentagem da população no grupo etário 0—14 anos em relação à população total.

As aglomerações e municípios foram agrupados também em sete categorias, de acordo com seu afastamento em relação à média do conjunto estudado. Percentuais mais baixos no grupo etário mencionado foram considerados como situações mais favoráveis.

c) bens duráveis — variáveis utilizadas:

V1. Percentagem de domicílios urbanos com automóvel

V2. Percentagem de domicílios urbanos com geladeira

V3. Percentagem de domicílios urbanos com televisão

Para a categorização espacial do indicador bens duráveis efetuou-se o somatório dos *scores* padronizados (Z) correspondentes a cada uma das unidades urbanas nas três variáveis consideradas. Os resultados obtidos permitiram a identificação de três grandes categorias

de unidades, desde situações pouco favoráveis a situações intermediárias e situações favoráveis.

O somatório dos *scores* padronizados das unidades que integram a primeira categoria atinge valores $\leq - 1,50$; para as que compõem a segunda categoria, os valores do somatório estão contidos no intervalo $< + 1,50$ a $> - 1,50$; finalmente, os da terceira apresentam valores $\geq + 1,50$.

Para um maior detalhamento da informação, cada uma das três grandes categorias foi subdividida em três subcategorias.

d) infra-estrutura — variáveis utilizadas:

V1. Percentagem de domicílios urbanos com instalações sanitárias

V2. Percentagem de domicílios urbanos com iluminação elétrica

V3. Percentagem de domicílios urbanos com abastecimento de água pela rede geral ou por poço ou nascente com canalização interna.

O procedimento adotado para a categorização espacial do indicador infra-estrutura foi o mesmo de bens duráveis.

A situação dos centros em padrões de consumo foi definida a partir da posição obtida pelos mesmos nos 4 indicadores citados (Fonte dos dados: Censo Demográfico, 1970, IBGE).

1.3 — Padrões de estrutura produtiva

Definidos a partir de dois indicadores:

a) situação em base econômica — variáveis utilizadas:

V1. Percentagem da população economicamente ativa em indústria de transformação, extrativa

mineral e serviços industriais de utilidade pública em relação ao total da PEA (Censo Demográfico, 1970, IBGE).

V2. Produtividade média para as indústrias de transformação e extrativa mineral — valor da transformação industrial/pessoal ocupado na indústria (Censo Industrial, 1970, IBGE).

V3. Salário médio para as indústrias de transformação e extrativa mineral — salários do pessoal ocupado/pessoal ocupado (Censo Industrial, 1970, IBGE).

V4. Produtividade média no comércio — valor da receita/pessoal ocupado (Censo Comercial, 1970, IBGE).

V5. Salário médio no comércio — salários do pessoal ocupado/pessoal ocupado (Censo Comercial, 1970, IBGE).

V6. Produtividade média nos serviços — valor da receita/pessoal ocupado (Censo dos Serviços, 1970, IBGE).

V7. Salário médio nos serviços — salários do pessoal ocupado/pessoal ocupado (Censo dos Serviços, 1970, IBGE).

O procedimento seguido para a categorização dos centros no indicador de base econômica foi semelhante àquele utilizado para a defi-

nição dos indicadores de bens duráveis e infra-estrutura.

b) situação em nível de instrução da população adulta — variável utilizada: percentagem da população de 25 anos e mais com curso médio ou superior completo.

Os centros urbanos foram agrupados em sete categorias de acordo com seu afastamento em relação à média do conjunto estudado: situações precárias 1, 2 e 3; situação intermediária; situações favoráveis 1, 2 e 3.

A situação dos centros em estrutura produtiva foi definida a partir da posição obtida pelos mesmos em base econômica e em nível de instrução da população adulta, tendo sido atribuído um peso maior ao primeiro indicador.

2 — MIGRAÇÃO

Variáveis utilizadas:

V1. Imigrantes de 0 a 5 anos de permanência no município onde residem.

Contudo, a variável não foi tomada diretamente, mas expressa através de um índice combinatório no qual estão integrados, matematicamente, valores correspondentes ao número absoluto e ao peso relativo (percentagem em relação à população total do município ou aglomeração) deste segmento da população.

ÍNDICE COMBINATÓRIO DA VARIÁVEL IMIGRANTES =

$$= \sqrt{\left(\frac{\text{N.º de IMIGRANTES}}{1\ 000} \right) \cdot \left(\frac{\% \text{ de IMIGRANTES NA POPULAÇÃO TOTAL}}{0,5} \right)}$$

Fonte: Censo Demográfico, 1970, IBGE

V2. Crescimento do pessoal ocupado, no período 1960/70, na indústria, no comércio e nos serviços.

Na construção deste indicador foram também calculados índices combinatórios, um para cada setor de atividade, obtidos de maneira análoga ao da variável imigrantes.

Fonte: Censos Industrial, Comercial e dos Serviços — 1960 e 1970, IBGE

V3. Salários médios pagos na indústria, no comércio e nos serviços (salários/pessoal ocupado). Fonte: Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, 1970, IBGE

SUMMARY

In this paper, although the analysis is still at a highly descriptive level, a better understanding of the meaning of the spatial configuration of the Brazilian urban system is sought, relating the characteristics of the various unities which compose it (urban centers) with the social-territorial differentiation lines determined by the global movement of accumulation in economy. The definition of such lines constitutes an adaptation of the contradictions proposed by Mingione to the Brazilian case (Mingione, 1977). So, it is considered: (a) contradictions between development and underdevelopment (here, they are interpreted as the inter-regional differentiation line of a national economy); (b) contradictions between the center and the periphery (considered as a differentiation line strictly connected with the intra-regional forms of inequality); (c) contradictions between the city and the country. Here, the adopted approach assumes that the urban centers may be seen as geographical indicators.

The definition of the urban centers as geographical indicators refers to the notion of the content, of the movement and of the form. In other words, it was given based on three aspects which are in constant interaction and which show the differential allocation of resources in the urban territorial structure; elements of the socio-economic structure (production sphere, income sphere, consumption sphere), rhythms of increase (recent migrants, growth of the engaged people and mean wages in urban activities) and forms of urban spatial concentration.

The analysis of the results led to the following:

1. the unities of space characterized in the work are related with economic and social aspects which are not showed in a restricted analysis at a macro scale:

a) the process of capitalist accumulation involved greater economic concentration than populational concentration in Brazil; but the most developed region, the Southeast, presented evident internal geographical differentiations;

b) the spatial mobility of the population presented the greatest urban centers of the country as its principal aim; but the analysis allowed to distinguish the centers according to the possibility of attraction and of retention of migrants;

c) the consumption was also concentrated in the more developed region, because of the great economic polarization which was established in the urban center; nevertheless, it was seen that the centers with a better situation in the consumption were not the principal metropolitan areas, but those which suffered less demographic pressure between 1960/70, creating a "paulista standard".

RÉSUMÉ

Dans ce travail, quoique l'analyse réalisée reste encore dans un niveau descriptif par excellence, on cherche une meilleure compréhension du signifié de la configuration spatiale du système urbain brésilien, en rapportant les caractéristiques des plusieurs unités qui le composent (des centres urbains) aux lignes de différenciation socio-territoriales déterminées par le mouvement global d'accumulation dans l'économie. La définition de telles lignes constitue une adaptation des contradictions proposées pour Mingione au cas brésilien (Mingione, 1977). De cette façon, on considère: (a) des contradictions entre le développement et le sous-développement (ici interprétés comme la ligne de différenciation inter-régionale d'une économie nationale); (b) des contradictions entre le centre et la périphérie (considérées comme une ligne de différenciation attachée éminemment aux formes intra-régionales d'inégalités); (c) des contradictions entre la ville et la campagne. L'approche adoptée prend les centres urbains comme des indicateurs géographiques.

La définition des centres urbains comme indicateurs géographiques se rapporte à l'idée du contenu, du mouvement et de la forme. C'est-à-dire, elle a été fondée sur trois aspects qui sont en constante interaction et qui manifestent l'allocation différentielle des ressources dans la structure territoriale urbaine: des éléments de la structure socio-économique (sphère de la production, sphère du revenu, sphère de la consommation), des rythmes de croissance (migrants récents, accroissement du personnel occupé et salaires moyens dans les activités urbaines) et des formes de concentration spatiale urbaine.

L'analyse des résultats mènent au suivant:

1. les unités de l'espace caractérisées dans le travail sont relatives aux aspects économiques et sociaux qui ne se manifestent pas dans une analyse restreignant à l'échelle macro:

a) le processus d'accumulation capitaliste a impliqué une concentration économique plus grande que la concentration de la population dans le Brésil; mais la région la plus développée, le Sud-est, a présenté évidentes différenciations géographiques internes;

b) la mobilité spatiale de la population a eu les plus grands centres urbains du pays comme son destin principal; mais l'analyse a laissé distinguer les centres d'après la possibilité d'attraction et de rétention des migrants;

c) la consommation s'est concentrée aussi dans la région plus développée, par la grande polarisation économique qui s'est constituée dans le système urbain; cependant on a observé que les centres avec position plus favorisées dans la consommation n'étaient pas les principales surfaces métropolitaines, mais ceux qui ont eu la moindre pression démographique entre 1960/70, en créant un "standard paulista".

2. the characterization of the urban centers as geographical indicators allows the definition of spatial aggregates which may be the basis to statistical applications.

2. la caractérisation des centres urbains comme des indicateurs géographique permet la définition des agrégés spatiaux qui peuvent servir d'appui pour des applications statistiques.